

ATA N.º 6/2015:

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 18 DE MARÇO DE 2015:

No dia dezoito de março de dois mil e quinze, pelas vinte e uma horas e vinte minutos, no Salão Paroquial da Igreja de Aires (freguesia de Palmela), reuniu, ordinariamente, a Câmara Municipal, sob a Presidência de Álvaro Manuel Balseiro Amaro, Presidente, encontrando-se presentes os Vereadores Maria da Natividade Charneca Coelho, Adília Maria Prates Candeias, Adilo Oliveira Costa, Pedro Gonçalo da Ponte Marques Taleço, Luís Miguel Reinho de Oliveira Calha, Eduardo Alexandre Godinho Ferro, Fernanda Manuela Almeida Pésinho e Cristina Maria de Carvalho Baptista Vasques Rodrigues.

O Sr. Presidente dá conhecimento que, na sequência do pedido de substituição para esta reunião, apresentado pela Sr. Vereador Paulo Jorge Simões Ribeiro, convocou o Sr. Dr. Eduardo Alexandre Godinho Ferro para o substituir, nos termos do n.º 1 do art.º 79.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação (anexo à ata como documento n.º 1).

Os pontos que constituem a Ordem do Dia desta reunião são os seguintes:

PONTO 1 – Dispensa de elaboração de Avaliação Ambiental da alteração ao PDM na área da AUGI a Norte dos Olhos de Água

PONTO 2 – Festival Internacional de Música “Palmela Terra de Cultura” – Protocolo de Cooperação com a Sociedade Filarmónica Palmelense “Loureiros”

PONTO 3 – Atribuição de apoio financeiro à AIRP – Associação dos Idosos e Reformados da Freguesia de Poceirão

PONTO 4 – Cedência temporária de domínio público – terrados festas locais

PONTO 5 – Participação do Município de Palmela na marca Natural.PT

METODOLOGIA DAS REUNIÕES DESCENTRALIZADAS

O **Sr. Presidente** explica que nas reuniões descentralizadas inverte-se a metodologia de funcionamento para possibilitar o período da *Intervenção do público* no seu início. Segue-se o *Período Antes da Ordem do Dia* e a *Ordem do Dia*.

APROVAÇÃO DE ATA

Ao abrigo do preceituado no n.º 2 e para os efeitos do n.º 4 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de doze de setembro, e bem assim do que dispõe o n.º 2 e n.º 4 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 442/91, de quinze de novembro, na sua redação atual conferida pelo Decreto-Lei n.º 30/2008, de dez de julho (C.P.A. - Código do Procedimento Administrativo), a Câmara Municipal de Palmela (CMP) delibera a aprovação da ata referida, sendo a mesma assinada pelo Sr. Presidente e por quem a lavrou. Foi dispensada a leitura da mesma, **por unanimidade**, por ter sido previamente distribuída a todos os membros do órgão executivo:

— ATA n.º 20/2014, da reunião ordinária de 15 de outubro de 2014.

A ata foi aprovada, por maioria, com a abstenção dos Srs. Vereadores Cristina Rodrigues e Eduardo Ferro, que justificam a sua abstenção por não terem estado presentes na referida reunião.

SEMANA DEDICADA À FREGUESIA DE PALMELA

O **Sr. Presidente** destaca que a presente reunião descentralizada insere-se no âmbito do programa denominado como a '*Semana das Freguesias*'. A semana dedicada à freguesia de Palmela decorre de 16 a 20 de março e, em seguida, passa a descrever sumariamente o programa de trabalho.

O objetivo das 'Semanas Descentralizadas' é dedicar durante esse período a atenção dos serviços, particularmente nas questões atinentes à freguesia de Palmela. Procura-se também fazer o ponto de situação de processos relacionados com os vários serviços na área da freguesia. Para além das reuniões de trabalho, dos pontos de situação e das informações que são solicitadas aos serviços para discussão, existe sempre oportunidade de fazer uma profícua reunião de trabalho com o Executivo da Junta de Freguesia, onde se procura conferir as reivindicações da Junta de Freguesia, os pendentes, a evolução dos processos, mas também ouvir e acolher outras sugestões e observações.

Dia 17 (terça-feira) – Na reunião realizada na passada terça-feira, falou-se de espaço público, de ordenamento, de estacionamento, de pinos, de lombas, do andamento de algumas obras mas também houve a oportunidade de conhecer as intenções da Junta de Freguesia no que diz respeito a alguns projetos de animação para Palmela (animação no Parque Venâncio Ribeiro da Costa, Manhãs Desportivas e Dia das Merendas), mas também conhecer detalhes sobre a interessante iniciativa "Cal e Pincel", que contribui para uma maior dinamização do centro histórico da vila de Palmela (CHVP), a par do projeto municipal "2 (de)Mãos por Palmela".

Foram analisadas outras questões, como a Segurança, a Saúde e as campanhas de participação cívica.

Houve a oportunidade de dedicar uma tarde às questões da Saúde, porque a resposta dos Serviços de Saúde no concelho têm revelado algumas patologias e insuficiências. Felizmente em Palmela na Unidade de Saúde Familiar a resposta é acima da média comparativamente com o que acontece nas outras freguesias.

Existem também algumas medidas e equipas de cuidados continuados e domiciliários que funcionam muito bem. Há, contudo, um número significativo de utentes sem médico de família. A situação mais preocupante que se constatou situa-se na Freguesia de Palmela, na Extensão de Saúde Algeruz-Brejos do Assa em 100 % dos utentes não possuem médico de família, contrariando os números fornecidos pela Administração Regional de Saúde que apontam para 85%.

Fala-se muito nos médicos mas esquecem-se os cuidados de enfermagem e os próprios enfermeiros. Não obstante, é notório o esforço dos profissionais, participam em vários projetos de resposta domiciliária, projetos na área da sexualidade, do apoio a idosos e da saúde escolar. Constatou-se que o número de enfermeiros reduziu substancialmente na área de intervenção do Centro de Saúde de Palmela.

As matérias apreciadas serviram para atualizar dados e para levar algumas das reivindicações dos utentes e dos profissionais de saúde a próximas reuniões que a Câmara terá com o Presidente da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I.P. (ARSLVT).

Houve a oportunidade de visitar uma empresa, porque as 'Semanas das Freguesias' são aproveitadas para procurar divulgar boas práticas, mas também promover algumas empresas que se vão destacando no concelho, porque não só criam emprego e riqueza mas também dão «cartas» no domínio da inovação. A empresa em causa, a Homeled, situada nas Pegarias, está quase à porta da vila de Palmela, mas era desconhecida, trabalha na área da eficiência energética mas não se limita a vender lâmpadas e *leds*, pois também concebe soluções à medida dos clientes. Foi uma agradável surpresa e o Executivo Municipal procurará dar todo o apoio à divulgação da empresa junto de outros parceiros na área económica, mas também junto da comunidade em geral.

Dia 18 (quarta-feira) – a manhã do corrente dia foi destinada a visitar algumas obras, umas já concluídas, outras ainda a decorrer. Foram efetuadas várias visitas, nomeadamente:

- Ao Espaço Cidadão, no CHVP;
- À Av. Rainha D. Leonor que recentemente foi intervencionada com a criação de uma bolsa de estacionamento, mas que ainda tem alguns aspetos para concluir;

- Às hortas comunitárias que estão a ser implantadas, localizadas na Serra Grande, e que têm suscitado muito interesse por parte da comunidade (trata-se de vinte e um talhões, sendo que existem vinte inscritos na formação e muitos mais candidatos interessados);
- À Rua do Aviário, na Lagoinha, que recentemente viu concluída a obra de pavimentação – foram ainda observadas outras necessidades existentes nos arruamentos envolventes;
- À rotunda da EN 379 para perceber o andamento dos trabalhos que estiveram largos meses à espera que a EDP – Energias de Portugal, S.A. procedesse ao desvio de infraestruturas. A EDP só no dia 4 de março entregou o espaço em condições de os trabalhos poderem ser retomados, o que permitiu a celeridade que se constata nos últimos dias. Estão previstos mais vinte dias de obra até ao arranjo paisagístico.

Estava previsto a deslocação a Brejos do Assa para ver o início das obras do Sistema Integrado Multimunicipal de Águas Residuais da Península de Setúbal, S.A. (SIMARSUL) que estiveram interrompidas durante um ano e meio. Lembra que o Município, em 2010, fez um investimento de 700.000 € (setecentos mil euros) em saneamento básico em rede em baixa e que ficou por ligar em virtude dos emissários da SIMARSUL e as estações elevatórias não se encontrarem concluídas.

A empreitada foi retomada e o Executivo Municipal fez questão que a assinatura do contrato fosse feita em Algeruz, perante a população. Infelizmente, a visita não se concretizou porque estavam apenas a montar o estaleiro. O importante é que a empreitada começou, facto que será visível nos próximos meses, e no final do ano as ligações em definitivo serão concretizadas.

Na parte da tarde do corrente dia visitou-se a ação de formação da Academia da Proteção Civil de Palmela. Trata-se de um projeto municipal que visa não apenas a formação para os corpos de bombeiros do concelho, aliás, eles são simultaneamente formandos, mas também formadores, quando necessário, mas visa disponibilizar formação em cultura de segurança para a comunidade. Informa que, no primeiro trimestre, o número de formandos ultrapassou os duzentos e que muitos são oriundos da Comunidade Educativa (desde as escolas do 1º ciclo até às escolas secundárias, corpo docente, pessoal auxiliar e alunos).

Houve a oportunidade também, porque se questiona muito a vida, o investimento, a animação, e o futuro do turismo no Centro Histórico de Palmela, de visitar alguns dos empreendimentos que estão em curso. Foi particularmente gratificante visitar a Casa de Atalaia, Vinho Unipessoal, Lda. (Adega e Turismo de Habitação), um espaço dedicado ao turismo de habitação de um bom gosto e de uma qualidade fantástica e com projetos muito interessantes para a dinamização do CHVP. Informa que estão a decorrer obras no Santiago Palace Hotel, um spa vínico, e as visitas terminaram no Bobo da Corte, o bar do castelo recentemente concessionado, que serve quem

visita o castelo e aumenta o número de visitantes por via daquele espaço de cafetaria e serviços.

Dia 19 (quinta-feira) – Esse dia será dedicado à Educação e à apresentação de projetos que serão apresentados numa sessão pública no auditório da Biblioteca Municipal de Palmela.

Vai decorrer uma sessão de “Eu participo”, com turmas da Escola Básica de Palmela porque as crianças começam desde jovens a ser ensinadas a exercer a sua cidadania. É comum terem uma visão crítica e apresentarem propostas para a sua escola e para as suas ruas. São de facto muito interventivos e participativos, pena é que não seja possível responder a tudo como elas gostariam. Por exemplo, um dos projetos que vai ser apresentado em Aires prende-se com a ciclovia, ou um corredor ciclável, que as crianças insistentemente solicitaram.

Seguir-se-á a visita à Escola de Aires e uma reunião de trabalho com a Sra. Presidente do Conselho Geral do Agrupamento, com a Sra. Coordenadora de Escola, com a Direção do Agrupamento e com a Associação de Pais. O objetivo prende-se com a apresentação do projeto de ampliação da Escola de Aires.

Ao fim da tarde ocorrerá outra reunião com as Associações de Pais, Coordenação e Direção do Agrupamento e da Escola n.º 2 de Palmela, que sofreu recentemente beneficiações e que já tem também adjudicada a substituição do fibrocimento no pavilhão de refeições – obra que irá decorrer no período de interrupção letiva da Páscoa. O grande desiderato da escola era o arranjo dos espaços exteriores, com uma zona de recreio e lazer com pavimento sintético. Esse projeto vai ser discutido com a Comunidade Escolar e depois de validado irá naturalmente para o Plano Plurianual de Investimentos que já tem rubrica aberta para o efeito.

Quanto aos projetos, eles serão apresentados publicamente pelo que exorta à participação de todos. Trata-se de projetos que têm sido suscitados pela população, nomeadamente:

- A ligação da zona da Terra do Pão à Nova Palmela;
- O projeto de quiosque para o Largo de São João, cuja maquete será apresentada. Trata-se de uma zona sensível, pelo que houve extremo cuidado com o equipamento. Pese embora esse esforço, considera que a solução encontrada deve merecer a apresentação e discussão com a população;
- O projeto de ampliação da Escola de Aires;
- Os sanitários do Parque Venâncio Ribeiro da Costa;
- O projeto de iluminação cenográfica do castelo;
- O projeto “2 (de)Mãos por Palmela”;
- As propostas na área da hotelaria, restauração e turismo;

- A dinamização e a remodelação do espaço de jogo e recreio do Jardim de Aires, que para além da remodelação do pavimento, do reforço de equipamento e mobiliário e de reestruturação da estrutura verde, numa segunda fase, apresenta como inovação a introdução de um equipamento de ginásio intergeracional destinado sobretudo à população sénior;
- O corredor ciclável de Aires. Numa primeira fase entre a Escola Básica e a Rua Joaquim Avelino dos Reis.

Dia 20 (sexta-feira) – a manhã de sexta-feira será dedicada a atendimentos por parte das Sras. Vereadoras e dos Srs. Vereadores com pelouros atribuídos. Ao fim da tarde ocorrerá a conferência de imprensa de balanço da 'Semana'.

A 'Semana' terminará com a apresentação dos audioguias, um projeto interessante para o CHVP. A empresa responsável pelos audioguias surgiu de uma dinâmica ligada à formação em empreendedorismo, desafio que a Autarquia abraçou em conjunto com a Associação Tempos Brilhantes. Na sequência dessa formação, nasceram nove projetos empresariais.

A mVision - Tecnologia Multimedia desenvolveu um projeto ganhador apostando num serviço importantíssimo do ponto de vista turístico aos visitantes, ao disponibilizar audioguias em vários idiomas. Ao percorrer-se o CHVP é possível ouvir a explicação de todos os pontos de interesse patrimonial e cultural de cada um dos monumentos.

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Agradecendo a presença do público, o **Sr. Presidente** menciona que, tratando-se de uma reunião ordinária descentralizada, o período que se segue é destinado à sua intervenção.

Dá a palavra a quem queira intervir.

Sr. José Alberto, residente em Lagameças (1.)

Demonstra preocupação em relação à rotunda da UNICERVI (UNICERVI - Comércio e Representações, Lda.). Por lapso ou por distração, considera que a rotunda é um perigo para a circulação e que pode criar futuramente situações graves. Passa a explicar.

Quem sobe direito à SIVIPA, Sociedade Vinícola de Palmela, S.A. e passa na rotunda constata que ela tem um passeio enorme que vem parar dentro da estrada, tendo imediatamente logo a seguir uma curva. Quem circula com um camião ou com um autocarro vai ter que sair fora de mão para apanhar a curva, pondo em risco os automobilistas que circulam em sentido contrário. Para quem sobe, se não criar problemas na curva vai rebentar pneus e estragar os carros.

Considera que ao fim de tanta espera por uma obra que realmente é importante e com tanto espaço que foi criado, criaram-se enormes passeios para afunilar as passagens. Na sua opinião, seria preferível deixar estar como estava porque havia duas faixas para cima e uma para baixo.

Considera que um camião que venha a descer tem dificuldades em contornar a rotunda que apresenta um passeio altíssimo. A opção é, ou passar por cima da rotunda ou então ficar atravessado. Na sua opinião, um semirreboque não consegue fazer a manobra.

Sr. Fernando Coelho, residente em Aires (2.)

Rotunda da UNICERVI - Para além do que foi apresentado pelo anterior interlocutor, preocupa-o a questão dos sumidouros. Questiona se estão projetados sumidouros suficientes para o caudal de água, pois quando chove intensamente as torrentes que descem a avenida provocam sempre grandes enchentes na zona da rotunda. Sublinha que esteve no local e não constatou nenhum sumidouro, facto que o motivou a alertar para a situação.

Rede viária - Solicita que a viatura que procede aos remendos dos pavimentos possa deslocar-se para a zona de Aires, porque várias são as ruas que apresentam buracos. Contudo, não são tantos assim que não se resolvam rapidamente.

Erva nos passeios - Existem zona onde, segundo sua opinião, só um rebanho de ovelhas resolve o problema. Alguns moradores vão tentando resolver o problema aplicando químicos nas ervas, mas outros nada fazem.

Jardim de Aires/Canídeos - Como o jardim vai ser objeto de intervenção, sugere que se coloquem umas tabuletas e que se proceda à elaboração de um Código de Conduta destinado às pessoas que usam o local como latrina para os seus canídeos. Na sua opinião, deveria haver um espaço próprio para o efeito, pois o espaço é frequentado por crianças, que ali brincam, e não é próprio essa simultaneidade.

Sr. Francisco Piteira, residente no Bairro Padre Nabeto (3.)

Rotunda da UNICERVI – Preocupa-o a mobilidade dos peões, pois parece-lhe um pouco estranho a forma que o passeio está a tomar, porque tem uma parte muito larga (quase três metros), que depois afunila junto à rotunda (um metro), colocando em perigo peões e automobilistas. Não consegue conceber uma explicação para o sucedido uma vez que o muro foi derrubado. Considera que ainda existe a oportunidade de remendar a situação uma vez que a obra ainda está em construção.

Rede viária – Refere que rede viária da responsabilidade da Autarquia está muito mal tratada, em virtude dos buracos no pavimento, mas também em termos de sinalização horizontal. Como

exemplo, destaca a Estrada da Baixa de Palmela, a estrada junto à Estação de Tratamento, no Bairro Padre Nabeto (na entrada junto à praça e na Rua de Angola) e a Estrada da Cobra.

Na sua opinião a Estrada da Baixa de Palmela deve ser motivo de vergonha para o concelho de Palmela, pois quem por lá circula nota claramente diferença entre o concelho de Palmela e o de Setúbal. Do lado de Setúbal a faixa de rodagem encontra-se bem delimitada, mas quando se entra em Palmela fica-se no «escuro».

A Estrada da Cobra poderia ser uma alternativa viável, desde que estivesse em melhores condições, pois encontra-se em muito mau estado.

Jardim de Aires e da Quinta da Asseca - Os espaços de lazer destinados às crianças encontram-se muito comprometidos e deveriam ser intervencionados para que as crianças lá possam brincar em melhores condições.

Canil Municipal – Alude a uma notícia publicada na presente semana na Comunicação Social sobre as más condições em que o canil municipal se encontra. Em tempos ouviu-se falar que a Câmara Municipal de Palmela conjuntamente com a Câmara Municipal de Setúbal iriam ter um moderno canil/gatil, o que não veio a verificar-se.

Considera que a notícia desta semana é muito pertinente mas merece algum esclarecimento adicional. Questiona também se a Autarquia possui veterinário. Em caso afirmativo pretende saber a quem é que o mesmo responde em termos hierárquicos.

Sr. Lucas Gaspar, residente no Cabeço Velhinho, Aires (4.)

Confirma que os passeios junto da Rua Alexandre Herculano, Rua Virgílio Ferreira e Rua Vitorino Nemésio estão cheios de ervas. É certo que periodicamente é aplicado a morda química, mas as moitas que se encontravam verdes ficam castanhas mas permanecem no local. Segundo a sua opinião, é «pior a emenda que o soneto».

Face às questões suscitadas pelos Srs. Múncipes, são prestadas as seguintes explicações/esclarecimentos:

- Em resposta aos Srs. José Alberto (1.), Fernando Coelho (2.) e Francisco Piteira (3.) sobre a empreitada de execução da rotunda na E.N. 379, o Sr. Presidente relembra que o Município entendeu avançar para aquela obra, pese embora decorra numa estrada nacional cuja responsabilidade é, em primeira instância, da EP - Estradas de Portugal, S.A., mas considerando o intenso tráfego rodoviário no local, entendeu-se que o investimento deveria ser feito.

Paralelamente a esse investimento entendeu-se contratualizar com outras entidades a obrigatoriedade de construírem outras rotundas que irão, quando estiverem todas a funcionar, permitir uma fluidez mais esmoreita do trânsito.

A rotunda em apreço tem uma história que conhece bem, pois a decisão da sua construção foi aprovada, por unanimidade, em reunião de Câmara no anterior mandato e, nessa altura, era Vereador com esse pelouro. Posteriormente, a Autarquia aprovou, novamente por unanimidade, um projeto e um protocolo com a EP, protocolo esse assente em cem questões, em que a EP fez noventa e nove exigências à Autarquia. A única benesse que foi concedida à Câmara foi a construção da rotunda.

Em virtude de mudanças orgânicas e de responsáveis da EP, o protocolo sofreu inúmeras alterações e, conseqüentemente, atrasos. Esse protocolo ainda hoje não foi assinado, mas não porque a Câmara não queira assiná-lo. A EP aproveitou tal facto para vir com novas exigências. A última foi precisamente a alteração do projeto da rotunda. Motivado por estudos a EP passou a adotar, nas estradas nacionais, a construção de rotundas apenas com um corredor (uma única faixa de rodagem), aumentando o diâmetro da bolacha precisamente para evitar essa questão dos semirreboques.

Não é engenheiro de trânsito e não se sente habilitado a discutir o assunto, mas o que a EP afirmou é que essa medida visa evitar acidentes em zonas onde há muito trânsito. A justificação prende-se com o facto da regra de tomar a parte interior da rotunda e depois só ir para o lado direito, fazendo o respetivo uso do indicador de mudança de direção (pisca-pisca), à medida que se sai em cada um dos corredores, que não tem estado a resultar em Portugal, sendo a causa de muitos acidentes rodoviários. Esse argumento justificou a alteração ao projeto já no decurso da obra. O problema é que essas alterações estão a implicar alguns reajustamentos. A questão do afunilamento do passeio também o escandaliza embora tenham garantido que não será tanto assim.

A EP ao pretender apenas um corredor, ao invés de dois, é para que a circulação nas rotundas se faça a baixa velocidade, induzindo os automobilistas e demais utentes a um comportamento mais defensivo e preventivo. Exemplifica, como mau exemplo, as três rotundas localizadas na Urbanização de Val'Flores, em Pinhal Novo, em que assiste-se à aproximação, ao acesso e à circulação na rotunda a uma velocidade excessiva, para além do facto de o trânsito não se efetuar em sentido giratório porque muitos fazem-na praticamente a direito.

Explica que a reentrância que levou à demolição do muro da UNICERVI destina-se também à construção de uma caixa para tomada e largada de passageiros que circulam em transportes públicos e que culmina na dita «orelha». Independentemente disso procurar-se-á que a referida «orelha» não fique ali, mas há quem diga que é para proteger a entrada e saída do portão, que é uma pré-existência. Logicamente se fosse proprietário do terreno também procuraria defender os seus direitos.

Mas à medida que a obra for concluída, há receios que desaparecem. Quando tudo estiver repavimentado e sinalizado, vai ter largura para se passar à vontade. Pessoalmente também não gosta daquela «orelha», mas a Autarquia tentará corrigir o melhor possível, mas que fique esclarecido que apesar de tratar-se de uma obra do Município, o mesmo não é propriamente dono da sua vontade, nem possui os técnicos para o efeito. Pessoalmente tem algumas apreensões mas, ao invés de técnico, é um decisor político.

A Autarquia teve autorização para avançar com a obra mas nos termos impostos pela EP, e ainda por cima com alterações de última da hora que também atrasam a obra. Curiosamente não agravaram os custos mas acarretou problemas adicionais. A única coisa que o Município conseguiu ganhar foi a alteração do projeto paisagístico, pois a EP aprovou uma solução que não estava inicialmente prevista e que passa pela colocação de uma peça escultórica no centro da bolacha. Fundamentaram com os receios que os automobilistas e demais utentes da via galguem o centro da rotunda e colidam com o que lá se encontrar, mas acabaram por concordar.

Garante que não se pretende que a obra seja uma vergonha mas que sirva as pessoas e a sua confiança é que servirá, pois ontem, pelas 17h30, hora de ponta no local, pode constatar que o trânsito já flui com facilidade.

Relativamente a sumidouros afirma que os há em número suficiente.

Acrescenta que no passado aquilo a que se assistia não tinha que ver só com as águas que vêm da Estrada do Cemitério, mas também com as águas pluviais do Loteamento da Expofim que não se encontravam ligadas a lado nenhum.

Relembra que a Maioria em Exercício podia fazer muitos aproveitamentos políticos da intervenção da rotunda, uma vez que a obra não se limitou apenas à rotunda. A verdade é que resolveu-se um problema para o futuro relacionado com a rede de águas pluviais e demais redes. Aquele eixo foi preparado com todas as infraestruturas – como por exemplo, emissários do Sistema Integrado Multimunicipal de Águas Residuais da Península de Setúbal, S.A. (SIMARSUL), redes de telefones e redes da EDP – Energias de Portugal, S.A.) - para que futuramente não seja preciso estar a abrir a estrada.

Essa decisão implicou dificuldades acrescidas, porque a EP não tinha o cadastro das infraestruturas enterradas, mas felizmente tudo correu pelo melhor. Não obstante, a Autarquia teve de pagar uma licença à EP – o atravessamento de uma estrada nacional, nem que seja meia dúzia de metros, obriga ao pagamento de 5.000 € (cinco mil euros), no mínimo, e uma caução durante cinco anos, que pode ser acionada caso ocorra um abatimento do piso.

Para além disso, foi executada uma empreitada à parte que condicionou e terá confundido o trânsito, e que se prende com a rede de esgotos na Rua de São Julião, que não existia, e a substituição de duzentos metros de rede de água, porque já era muito antiga.

Conclui garantindo que vão existir sumidouros em número suficiente, passadeiras e que as acessibilidades cumprirão todas as normas. Alega que foi bom a questão ser suscitada porque permitiu os necessários esclarecimentos sobre uma obra que tem dado imensas «dores de cabeça». Primeiro, com a EDP e mais recentemente com a alteração de última hora por parte da EP.

- Em resposta ao Sr. Fernando Coelho (2.) sobre os demais assuntos que apresentou, o **Sr. Presidente** refere que a reparação do betuminoso é realizada praticamente dia sim, dia não. Mas solicita também a colaboração dos munícipes para que possam identificar essas situações e reportá-las aos competentes serviços municipais, porque por vezes desconhece-se a situação. Para o efeito basta uma simples comunicação eletrónica a informar o local. Garante que, assim que for possível, uma equipa deslocar-se-á para proceder à reparação.

Ervas nos passeios – Por todo o concelho a Autarquia tem intervindo nesse domínio com a aplicação de química. Contudo, é uma química que faz «cócegas» às ervas, pois não pode ser muito agressiva e não ter muitos fosfatos, algo defendido pela QUERCUS - Associação Nacional de Conservação da Natureza. Com o inverno a química não tem sido tão eficaz. Com o início da Primavera é chegada a altura de proceder à segunda aplicação. É isso que será feito em Aires muito brevemente.

Jardim de Aires/Canídeos – o Código de Conduta existe e em vários locais do concelho existem wc caninos, placares informativos e dispensadores de sacos mas, infelizmente, não resulta tão bem quanto o esperado. O Regulamento do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos e de Higiene e Limpeza do concelho de Palmela já prevê coimas para os donos menos cuidadosos com os dejetos dos seus animais.

Mas tudo passa por uma transformação de mentalidades. Já é visível muitas pessoas com o saquinho na mão, mas muitas ainda «assobiam para o lado». Mas considera-se uma pessoa otimista. Na intervenção que vai ser feita no Jardim de Aires, vai ser assegurado o referido wc canino e os alertas. Contudo, em outras localidades, têm informado que os cães não fazem os dejetos nesses locais. O problema não são os cães, mas sim os donos.

- Em resposta ao Sr. Francisco Piteira (3.) sobre os demais assuntos por si apresentados, o **Sr. Presidente** refere que a questão do passeio e das acessibilidades em torno da rotunda está garantido, e em algumas zonas até cumpre em demasia. Lamenta não ser possível estender até à Volta da Pedra.

Informa que finalmente foi aprovado pela EP - Estradas de Portugal, S.A. a rotunda do ALDI (ALDI Portugal - Supermercados, Lda.), aliás, o empreendimento tem a licença de construção para ser levantada assim que for requerida.

A questão dessa rotunda, que também foi objeto de alteração pela EP, só ficou fechada na semana passada e o promotor teve de pagar só de licenciamento cerca de 40.000 € (quarenta mil euros). Esse montante é incompreensível pois a construção vai ocorrer numa estrada nacional da responsabilidade da EP, os custos vão ser suportados pelo promotor e ainda têm de pagar essa soma avultada à EP só de licenciamento. Assim se vê com que entidades a Autarquia e os privados trabalham. Infelizmente existem muitos «Estados dentro do Estado», mas poucos fazem serviço público.

Rede viária – Por questões de saúde tem transitado pela Estrada da Baixa de Palmela quase diariamente e considera que a estrada não está mal sinalizada. Contudo, esclarece que a Autarquia já lançou o procedimento da empreitada de sinalização horizontal. Infelizmente, não é possível fazer as empreitadas todas nos três primeiros meses do ano. Não se trata de uma questão financeira, porque o dinheiro e o Orçamento está reservado para esse efeito, mas é uma questão de planeamento do trabalho.

Relembra que Palmela possui muito mais rede viária do que qualquer concelho vizinho. No primeiro ano de mandato foi feito algo que já não era feito há muitos anos. A Autarquia investiu 1.300.000 € (um milhão e trezentos mil euros) em rede viária. A partir de abril, sempre que seja possível incorporar saldo da Conta de Gerência do ano anterior, estão previstas um conjunto de outras medidas de reforço para a conservação das massas asfálticas para zonas em que proceder-se-á, não ao remendo, mas à realização de troços de algumas centenas de metros de tapete betuminoso.

A sinalização vertical também será objeto de reforço financeiro, até porque grande parte desse trabalho é realizado no verão.

Acredita que a partir de abril/maio será possível estar no terreno a corrigir aquilo que faz falta, Não pode é garantir que se consiga fazer tudo, porque não se pode proceder à pintura todos os anos, porque existem passadeiras e guias que têm que ter pelo menos 2/3 anos de garantia.

Jardim de Aires e da Quinta da Asseca – Sobre a Quinta da Asseca tomou nota. Tem conhecimento que ultimamente tem havido mais cuidado com os espaços verdes. Relativamente ao equipamento infantil não se pronuncia porque é um assunto que desconhece, mas foi anotado para que se tente melhorar.

Canil Municipal – Relativamente às más condições do canil esclarece que houve uma notícia no Diário do Distrito que foi oportunamente desmentida. Na sequência, esse mesmo jornal apresentou um conjunto de questões que já foram respondidas. Relativamente a outra notícia publicada no Jornal do Pinhal Novo, a Autarquia terá o seu direito de resposta publicado na próxima edição.

Considera lamentável que sejam feitas inferências, ou ilações, partindo de pressupostos falsos no que diz respeito a algumas acusações porque naturalmente toda a gente tem o direito ao esclarecimento. Mas quando se quer um esclarecimento faz-se uma pergunta; não se enuncia, porque *"infelizmente uma mentira dá uma volta inteira ao mundo antes de a verdade ter tempo de se vestir"*, ou seja, *"o desmentido nunca tem a mesma força do que tem quando se manda o primeiro tiro"*.

É falso que o canil não tem condições. O canil municipal é higienizado sete dias por semana; os animais são alimentados sete dias por semana e, ao contrário do que foi dito, no dia de greve os animais foram alimentados por um funcionário devidamente identificado. A empresa de serviços da portaria pode confirmar, porque isto não é o que disse. Pena é que duas ou três pessoas façam uma campanha de difamação porque gostavam de ser donas do canil.

Quanto às más condições do canil, sublinha que o canil não é um jardim zoológico, nem um espaço onde as pessoas possam entrar e sair e fazer aquilo que querem, porque existe legislação relativamente ao bem-estar animal. Atualmente, a Autarquia dispõe de oito boxes e um espaço exterior para onde os animais são retirados, quando as condições meteorológicas assim o permitem, para se proceder à higienização diária das celas.

Relativamente ao enquadramento do veterinário municipal, às suas atribuições e competências, o veterinário é funcionário municipal, mas desenvolve a sua atividade enquadrada pela Direção-Geral de Alimentação e Veterinária. Possui uma dupla hierarquia, aliás, para quem percebe de autarquias sabe que desde sempre existia nas autarquias uma coisa chamada Partido Veterinário que implica uma dupla tutela, que se encontra regulamentada.

Quanto aos animais, a Autarquia publicou os números de quantos foram adotados no ano passado (um ano recorde de adoções), de quantos foram eutanasiados por doença (um número ínfimo) e de quantos animais perigosos foram abandonados e recolhidos. Em relação aos últimos a Lei é clara sobre os procedimentos a adotar. Portanto, não se trata de uma decisão de um veterinário ou de um político.

Conforme já mencionado, amanhã decorrerá uma sessão pública no auditório da Biblioteca Municipal de Palmela onde serão apresentados vários projetos que a Autarquia vai levar a cabo. O Plano de Investimentos da Autarquia contempla novidades. Muito brevemente, possivelmente já no próximo mês, será lançado o concurso para um novo módulo com doze boxes e um consultório veterinário digno desse nome, a ser construído no espaço dos Armazéns Gerais da Câmara. O Município de Setúbal adotou um sistema modular prefabricado, e é precisamente essa a opção que vai ser adotada também em Palmela. O módulo é o suprasumo daquilo que existe nessa matéria.

Assim a capacidade instalada passará das atuais oito boxes para as vinte. Haverá uma boxe com dimensões superiores para ninhadas e uma outra destinada aos animais que têm de ficar de quarentena, sejam os perigosos sejam os que se encontram doentes.

Para além disso, estão a ser desenvolvidos protocolos com clínicas veterinárias no sentido de quando a adoção dos animais se concretizar, a Autarquia oferecer o *chip*, a vacinação e se os novos donos assim o desejarem, a esterilização dos machos e das fêmeas. Associando-se a esse esforço, pelo que tem conhecimento, as Juntas de Freguesia de Palmela e de Pinhal Novo isentam o licenciamento.

Considera que sobre essa matéria, é fundamental abordar as questões com seriedade, com bom senso e com discernimento e não com algum sensacionalismo e muito menos indo atrás de duas ou três pessoas que não gostam do veterinário municipal porque acham que são amigos dos animais ou têm associações. Fala com conhecimento de causa porque recebe correspondência eletrónica e conversa com muitas dessas pessoas.

A Autarquia está a colaborar com associações amigas dos animais; existem inclusive protocolos assinados e cederam-se terrenos para um canil. Outras associações, nomeadamente de Setúbal, também colaboram por prestarem cuidados a animais abandonados. Entre os Municípios de Palmela e Montijo foi celebrado um protocolo para que, em caso de férias ou ausência do veterinário do Município de Palmela, seja o veterinário do Município do Montijo a assegurar os cuidados.

Portanto, a Autarquia está a trabalhar com toda a seriedade nesse domínio. Especulação e sensacionalismo não vale a pena e muito menos queixas-crime por difamação. Considera que as pessoas com o tempo aprendem.

Conclui por esclarecer os contornos da parceria entre os Municípios de Palmela e Setúbal que acabou por não avançar. Em tempos as duas Autarquias pretenderam construir um equipamento conjunto, num terreno cedido pelo Município de Palmela, mas veio a verificar-se que outras condicionantes existentes, nomeadamente as linhas de alta tensão, inviabilizavam as intenções. Por outro lado, os Municípios não podiam aguardar pela disponibilidade financeira um do outro, pelo que foi decidido cada um seguir o seu caminho.

- Em resposta ao Sr. Lucas Gaspar (4.) sobre os assuntos que apresentou, o Sr. Presidente informa que tomou nota e será tido em boa conta a melhor forma de intervir.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Informações / Assuntos diversos:

• **Orçamento Participativo** – O **Sr. Presidente** dá conhecimento da calendarização das sessões do Orçamento Participativo a realizar no próximo mês de abril, pelas 21:00 horas (em local a definir) e que, em seguida, se indicam:

— Dia 6, em Águas de Moura;

- Dia 7, em Pinhal Novo;
- Dia 8, em Poceirão;
- Dias 9 e 18 – sessões com os trabalhadores da Câmara Municipal;
- Dia 10, em Palmela;
- Dia 13, em Quinta do Anjo.

• **Resultados desportivos: Orientação / Atletismo / Natação / *Ultimate Frisbee*** – O **Sr. Vereador Adilo Costa** passa a informar alguns resultados desportivos alcançados por atletas do concelho.

Orientação

Cinco alunos do concelho de Palmela conseguiram o apuramento para o Campeonato Mundial Escolar de Orientação do International School Sport Federation (ISF) 2015, que se realizará de 18 a 24 de abril, em Antalya na Turquia.

Esses alunos, com idades compreendidas entre os 16 e 18 anos, foram apurados individualmente e integrarão, respetivamente, as equipas da Seleção Nacional Feminina e Masculina. São eles: Carolina Caroço, Patrícia Romão, Ricardo Esteves Ferreira e Vasco Duarte da Escola Secundária de Pinhal Novo e Bernardo Pereira da Escola Secundária de Palmela.

Esses resultados demonstram o excelente trabalho que as escolas têm vindo a desenvolver nos últimos anos nessa modalidade e simultaneamente, o empenho, esforço e valor desportivo desses alunos/atletas que muito se esforçaram, ao longo de todo o ano, para atingir esse objetivo.

Atletismo

Joana Branco e Ricardo Esteves Ferreira, alunos da Escola Secundária de Pinhal Novo, obtiveram, respetivamente, o 4.º e o 5.º lugar no escalão de Iniciados e Juvenis no Corta-Mato Nacional do Desporto Escolar, que se realizou na Guarda, no dia 6 de março.

Ricardo Esteves Ferreira obteve, também o 8.º lugar no Campeonato Nacional de Corta-Mato Juvenis, Absoluto Longo, realizado em Almeirim, no passado dia 15 de março, em representação do Centro Desportivo Universitário de Lisboa (CDUL).

Natação

Tomás Coxixo sagrou-se Campeão Regional de Juvenis A nos 100m Mariposa, nos Campeonatos Absolutos de Lisboa, em Natação, que se realizaram em Vila Franca de Xira, em piscina olímpica, nos dias 13 a 15 de março. O evento contou com a participação de 391 nadadores em representação de vinte e cinco clubes e a Palmela Desporto, Empresa Local de Promoção do Desporto, Saúde e Qualidade de Vida, E. M. Unipessoal, Lda. fez-se representar

por 7 sete nadadores: David Lopes, Eduardo Guia, Filipa Raposeiro, Gonçalo Lopes, Nuno Martins, Tomás Coxixo e Vitor Paulino.

A equipa da Palmela Desporto obteve, ainda, mais três terceiros lugares e três quartos lugares. A equipa federada de natação da Palmela Desporto conta, no presente, com mais de 102 nadadores (da Pré-Desportiva aos Seniores), dos quais 61 são federados. Muitos desses iniciaram a prática da natação no Programa Municipal "Aprender a Nadar", como é o caso do Campeão Regional Tomás Coxixo.

Ultimate Frisbee

Os jogadores David Lemos e Rui Ferreira, do Clube de Praticantes Vira 'O' Disco (VOD), integraram a Seleção Portuguesa de *Ultimate Frisbee* que se classificou em 4.º lugar (equipas mistas) no Campeonato Mundial de *Ultimate Disc* de Praia. A competição contou com a participação de dezoito seleções e decorreu de 8 a 13 de março no Dubai, Emirados Árabes Unidos.

Jogos Desportivos Escolares

De 16 a 20 de março decorre o primeiro período da fase interescolas dos Jogos Desportivos Escolares (JDE). Estão envolvidas as seguintes escolas: Escola Básica Hermenegildo Capelo, Escola Básica José Maria dos Santos, Escola Básica José Saramago, Escola Secundária de Palmela, Escola Secundária de Pinhal Novo e todas as escolas 2/3. OS JDE permitem que os estudantes participem em quatro modalidades coletivas (andebol, basquete, futsal e voleibol) e em quatro modalidades individuais (atletismo, badminton, orientação e ténis de mesa).

Tais jogos proporcionam a prática desportiva a 1.329 alunos enquadrados por 122 professores. Esse programa demonstra o excelente trabalho desenvolvido em parceria entre as escolas e a Autarquia, em 26 anos letivos, e já mereceu o primeiro prémio de qualidade da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) em 2009.

• **Projeto Educativo Local (PEL) em Poceirão e Marateca "Dar sentidos à vida" – O Sr. Vereador Adilo Costa** refere que no âmbito do PEL e considerando o interesse do agrupamento José Saramago, elegeu-se o território de Marateca e Poceirão para uma intervenção territorializada que visa sensibilizar e formar os munícipes e as organizações dinamizando uma pedagogia de produção de conhecimento coletivo.

Entre 10 a 20 de março aconteceram e acontecem na Escola José Saramago diferentes oficinas, momentos de debate, convívio e partilha de experiências, que procuram despertar e dar sentidos à vida reforçando a Escola como um lugar de todos. Entre esses destaca-se a Exposição "Sexualidade - Mecanismos e Identidades. A vida Continua!" (disponibilizada pela Festa do Avante). A partir dessa, concebeu-se e potencializou-se um conjunto de ações, dando espaço para cada um(a) exprimir e afirmar a sua singularidade, criatividade e responsabilidade, fazendo de Palmela um Município Educador.

Como colaboradores destacam-se: a Associação Conversa Amiga, o Agrupamento de Centros de Saúde Arrábida (ACES Arrábida) / Unidade de Saúde Familiar Santiago de Palmela (USFSP – Centro de Saúde de Palmela), a Liga Portuguesa Contra a Sida, a Câmara Municipal de Setúbal, o Centro de Recursos Integrados (CRI), a Festa do Avante, o Graal - Movimento Internacional de Mulheres (Associação de Caráter Social e Cultural) e o Grupo “O Guizo”.

Quanto a parceiros salientam-se: o Agrupamento de Escolas José Saramago, a Associação Humanitária dos Bombeiros Mistos de Águas de Moura, a Câmara Municipal de Palmela e o Centro Comunitário S. Pedro da Marateca.

• **Conferência Europeia ARPI (Atividades de Risco e Pedagogia Institucional) – O Sr. Vereador Adilo Costa** informa que está a decorrer (17 e 18 de março), no Auditório da Biblioteca Municipal de Palmela, o I Encontro Europeu da ARPI com iniciativas na área da proteção de crianças em risco. A “Questão de Equilíbrio” – Associação de Educação e Inserção de Jovens trouxe várias dezenas de peritos estrangeiros para discutir essa temática.

• **Encontro Distrital de Lares de Infância e Juventude – O Sr. Vereador Adilo Costa** alude que, no corrente dia, decorre o Encontro Distrital de Lares de Infância e Juventude. Trata-se de uma iniciativa da Fundação COI para análise e discussão da temática das crianças em risco.

• **Programa de ocupação de tempos livres nas férias da Páscoa – O Sr. Vereador Luís Miguel Calha** destaca que a Autarquia vai realizar, com várias entidades parceiras, um conjunto de programas de Ocupação de Tempos Livres como forma de apoiar as famílias e ocupar os dias de pausa letiva das crianças e jovens no período da Páscoa.

Dessa forma, o Museu Municipal apresenta o programa “Páscoa no Museu – Modos de ver e de escrever o mundo”, dedicado à descoberta do património e das marcas históricas que as diferentes religiões e culturas deixaram, ao longo dos séculos, na vila de Palmela. As atividades, que incluem visitas guiadas, oficinas de grafia e animação, decorrem no dia 26 de março, para crianças entre os 6 e os 10 anos de idade, e no dia 27, para crianças dos 11 aos 14.

Entre 23 de março e 1 de abril, a Passos e Compassos - Associação para a Divulgação e Desenvolvimento das Artes de Espectáculo promove, com o apoio do Município, mais um programa de Férias Culturais na Páscoa, destinado a crianças entre os 6 e os 12 anos. O programa propõe o desenvolvimento de competências pessoais e sociais, através da educação pela arte e do património cultural. Dança, música, teatro, cinema, expressão plástica e património são os principais ingredientes dessas férias culturais, que têm inscrição aberta e possibilidade de participação modular.

Também a Palmela Desporto, Empresa Local de Promoção do Desporto, Saúde e Qualidade de Vida, E. M. Unipessoal, Lda. tem propostas para esses dias. A iniciativa "Férias Desportivas Páscoa 2015" destinam-se a crianças entre os 6 e os 13 anos de idade e decorrem no Pavilhão Desportivo Municipal e na Piscina Municipal de Pinhal Novo, entre 23 e 27 de março e 30 de março e 1 de abril.

Os participantes podem contar com a possibilidade de experimentar atividades tão diferentes como andebol, atividades rítmicas e expressivas, atletismo, *badminton*, basquetebol, caminhada, futebol, futsal, ginástica, jogos tradicionais, natação, orientação, ténis de mesa e voleibol. As inscrições estão a decorrer nas secretarias das piscinas de Palmela e de Pinhal Novo, com diversas modalidades que permitem adaptar o programa às necessidades das famílias. Essa oferta integrada e multidisciplinar, com componente formativa e educativa nos planos cultural e desportivo, constitui um importante apoio social às famílias do concelho.

• **Queima do Judas** – O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** informa que no sábado de Páscoa, dia 4 de abril, o Centro Histórico de Palmela volta a encher-se de gente e de festa para a tradicional Queima do Judas. O ritual teatral reveste-se, este ano, de especial valor simbólico, já que são assinalados os 20 anos da Queima, que tem sabido crescer e envolver o Movimento Associativo e os visitantes nesse espírito de celebração comunitária e entusiasmo.

Com início às 21h30, no Largo dos Loureiros, o percurso percorrerá as ruas do Centro Histórico, onde as associações e os grupos de teatro locais prometem divertir os espetadores com uma noite repleta de crítica social e boa disposição.

O encerramento decorre, como habitualmente, no Largo de S. João, onde será lido o testamento da Câmara Municipal, seguindo-se animação e um espetáculo de fogo de artifício.

• **Fatura de água alteração (aplicação do Decreto-Lei n.º 114/2014, de 21 de julho)**
– A **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** refere que a fatura atual que é apresentada aos utilizadores servidos pelos sistemas públicos de abastecimento de águas e resíduos no concelho de Palmela é, desde abril de 2011, detalhada, cumprindo na íntegra as disposições legais, nomeadamente no que concerne informação detalhada sobre as tarifas aplicadas.

Entretanto, em cumprimento do disposto no Decreto-Lei n.º 114/2014, de 21 de julho, essas faturas passarão a conter a informação relativa ao custo médio unitário associado a cada serviço "*em alta*" que é prestado, pelos sistemas multimunicipais que abrangem o concelho de Palmela, nomeadamente relativos ao Sistema Integrado Multimunicipal de Águas Residuais da Península de Setúbal, S.A. (SIMARSUL), no que respeita ao tratamento das águas residuais domésticas, e à Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A. (AMARSUL), no que respeita ao tratamento dos resíduos urbanos.

Com essa nova alteração, a informação que aparecerá nas faturas será acrescentada da indicação do "*Custo unitário do serviço de águas residuais em alta = 1,6427 €/m³*" e do "*Custo unitário do serviço de tratamento de resíduos em alta = 0.8958 €/m³*".

A Autarquia passará, assim, a dar cumprimento à nova legislação em vigor e às recomendações da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) no que respeita à informação aos utilizadores dos custos associados aos sistemas multimunicipais.

O regime instituído impõe dois tipos distintos de obrigações às entidades gestoras abrangidas, nomeadamente a inclusão nas faturas emitidas aos utilizadores finais de informação:

- Detalhada que respeite o conteúdo previsto no anexo I, de forma a permitir aos utilizadores compreender as tarifas que lhes são aplicadas;
- Sobre o custo médio unitário associado a cada serviço em "*alta*" no caso de sistemas municipais integrados em sistemas multimunicipais ou intermunicipais (nos termos dos n.ºs 2 a 6 do artigo 4.º).

Sublinha que a tarifa não foi aumentada – passa, apenas, a aparecer ainda mais desagregada.

• **Município de Palmela comemora o Dia Mundial da Floresta** – A **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** menciona que celebrada internacionalmente no dia 21 de março, a Floresta constitui um fator de suporte da biodiversidade e da sustentabilidade, pela sua capacidade de sequestro de carbono, pelo importante papel na regulação do ciclo da água e como fonte de riqueza e de bem-estar.

Reconhecendo a importância da árvore e da floresta na prossecução de objetivos de desenvolvimento, o Município irá assinalar o Dia Mundial da Floresta com um conjunto de iniciativas destinadas a diferentes públicos, que terão lugar de 16 a 27 de Março.

Destaca-se:

- 22 de março: Caminhada Desportiva "Floresta através da sabedoria popular", na Serra de São Luís, dirigida à população em geral, a qual procura sensibilizar para os usos tradicionais (medicinal e culinário) da flora da Arrábida;
- "A nossa árvore": Convite lançado a Escolas do Ensino Básico, a Instituições privadas de Solidariedade Social (IPSS) e Associações de Idosos (uma por freguesia) para apadrinharem uma árvore existente no espaço público, produzindo um texto, um poema, ou um desenho que será inscrito em placa a instalar junto da árvore selecionada;
- "Amigos da Floresta", iniciativa que levará um conjunto de alunos da Escola Básica 1 de Quinta do Anjo num percurso de descoberta pela Serra do Louro e que culminará com

uma atividade de propagação por estacaria, de espécies arbustivas mediterrâneas (alecrim e tomilho) características da floresta local;

- Horta Comunitária em Palmela: Implementação da segunda fase do projeto Hortas Comunitárias, com a instalação da Horta Comunitária em Palmela (Serra grande);
- Formação em Agricultura Biológica: Realização de ações de formação em agricultura biológica no âmbito do programa de formação associado ao projeto das Hortas Comunitárias;
- "Compostagem na Escola": ação de informação/sensibilização sobre a compostagem, dirigida aos alunos das Atividades de Tempos Livres (ATL) da Escola Básica de Aires.

Porque os cidadãos têm um papel preponderante na construção de um município mais saudável, a Autarquia convida todos os interessados a participar, dinamizando e enriquecendo o conjunto de atividades previstas.

• **Iniciativa "Hora do Planeta"** – A **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** alega que a eficiência energética é um imperativo que o Município abraçou e, nesse quadro, aderiu à "Hora do Planeta", uma iniciativa mundial promovida pela World Wildlife Fund (WWF). Assim, no dia 28 de Março, entre as 20h30 e as 21h30, o Município vai desligar, simbolicamente, todas as luzes interiores e exteriores em edifícios e locais emblemáticos, mais concretamente o castelo, os paços do concelho, o Cineteatro S. João e o Largo do Pelourinho.

A "Hora do Planeta" conta com a adesão de mais de centena e meia de países e inúmeras organizações internacionais e visa alertar para o contributo que todos podem dar para travar as alterações climáticas e preservar o ambiente.

O Município tem vindo a adotar medidas de eficiência energética nos vários campos de ação, nomeadamente, nos edifícios e equipamentos municipais, nos transportes, na iluminação pública e na sensibilização da comunidade.

A redução das emissões de carbono em mais de 20% até 2020 é um compromisso do Município, que aderiu ao Pacto dos Autarcas. Para que seja possível concretizar essa meta é indispensável o envolvimento de toda a comunidade, pelo que convida todas as entidades do território de Palmela a aderirem igualmente, apagando as luzes no dia 28 de Março, entre as 20h30 e as 21h30.

Questões apresentadas pelos/as Srs./as Vereadores/as:

• **Empreitada de "Execução da rotunda na EN 379"** – A **Sra. Vereadora Natividade Coelho** refere, na sequência das intervenções sobre a execução da rotunda da UNICERVI

(UNICERVI - Comércio e Representações, Lda.) que a EP - Estradas de Portugal, S.A., tem sido força de bloqueio para muitas das soluções. Pelo exposto, está plenamente de acordo com o Sr. Presidente.

Realça uma frase do Sr. Presidente que a deixou verdadeiramente preocupada como munícipe e como Vereadora: *'Está na expectativa para ver o que vai sair'*. Não é possível que perante uma obra adjudicada, consignada, paga pela Autarquia, quase em fase de conclusão da obra o Sr. Presidente da Câmara esteja à espera *'para ver o que é que vai sair'*. Põe a hipótese de não ter entendido corretamente, mas a ser verdade é o mundo às avessas, porque um presidente de câmara não pode estar sujeito, seja a que poderes forem - e pessoalmente tem conhecimento de que, em muitos casos, são titânicos - para estar na expectativa e estar a negociar até ao último momento relativamente a uma obra estruturante relativamente ao trânsito.

Mostra-se profundamente indignada porque nenhum presidente de câmara, de nenhum município do país pode ter uma obra em curso, com a participação que a Câmara de Palmela teve naquela obra, que foi muita, e que tenha que estar a fazer negociações até ao último minuto. Já bem basta o que basta, mas efetivamente é muitíssimo preocupante o estado a que as coisas chegaram. Não pretendendo retirar a razão ao Sr. Presidente, considera que isso é muito estranho. Confessa que não estava preocupada, pois considerava que existiam regras e, pese embora, possam haver projetos que possam sofrer alterações, no caso em apreço é preocupante que se esteja praticamente na conclusão de uma obra *'à espera de ver o que de lá sai.'*

Aproveita para solicitar esclarecimentos sobre algo que a preocupava e que pensava que estava acautelado: no projeto constava paragens para os transportes públicos e os respetivos abrigos. Constata-se que estão feitos recortes nos lancis e questiona se é para esse efeito e se essas paragens se encontram fora das faixas de rodagem.

Relativamente à rotunda do ALDI (ALDI Portugal - Supermercados, Lda.), apesar das licenças não terem sido levantadas, interroga se o projeto sempre vai avançar.

• **Empreitada sob a alçada da SIMARSUL (Sistema Integrado Multimunicipal de Águas Residuais da Península de Setúbal, S.A.)** – Sobre a empreitada do SIMARSUL, a **Sra. Vereadora Natividade Coelho** alega que o PS teve conhecimento de alguns detalhes da mesma através da Comunicação Social. Trata-se de uma obra muito esperada pelo que solicita que a informem sobre os prazos de conclusão das mesmas.

• **Jardim de Aires (freguesia de Palmela)** – A **Sra. Vereadora Natividade Coelho** menciona que, pelo que percebeu, existe um projeto de remodelação para o Jardim de Aires.

• **Quinta da Asseca (freguesia de Palmela) – A Sra. Vereadora Natividade Coelho** refere que relativamente à Quinta da Asseca o jardim é um declive onde foi instalada uma horta comunitária misturada com um conjunto de aparelhos para adultos e dois para crianças. Não considera que seja uma resposta integrada e pensada para qualquer espaço, desde logo se for considerada a questão das acessibilidades.

Pelo exposto, questiona se a Autarquia vai continuar a despende dinheiro num espaço confuso, dado que não há espaços delimitados. Por exemplo, existe uma horta com couves que inviabiliza que se passe para o escorrega. Imagina que o espaço público esteja a ser tomado por alguns particulares e que também seja difícil de intervir, mas de facto considera que o local é um bricabraque que não se consegue perceber e que deveria sofrer uma profunda intervenção.

• **Unidade de Saúde Familiar Santiago de Palmela – A Sra. Vereadora Natividade Coelho** menciona que o Sr. Presidente destacou e muito bem a prioridade que foi dada nesta Semana Descentralizada relativamente às visitas que foram feitas e às preocupações que a Autarquia repetidas vezes com Moções e com tomadas de posição tem tomado relativamente à degradação, quase desmoronamento, do Serviço Nacional de Saúde (SNS) e da falta de cuidados médicos que se tem assistido.

Aproveita para comentar a falta de cobertura de 100%. Não sabe qual é a aldeia mais recôndita de Portugal que terá este *score* tão indigno. Trata-se de uma indignidade como se uma comunidade vivesse à margem daquilo que é o aceitável.

Relativamente à Unidade de Saúde Familiar Santiago de Palmela (USFSP – Centro de Saúde de Palmela), mesmo estando acima da média, constatou, na qualidade de utente e de Vereadora, que a questão da falência e incompatibilidade do novo sistema informático levou a que a informação clínica dos utentes e dos atos médicos realizados, referente aos anos de 2013 e 2014, tivessem desaparecido do sistema, o que para efeitos de tratamento e diagnóstico é muito preocupante.

Conclui por mencionar que as Unidades de Saúde Familiares eram bons projetos que mais uma vez o atual Governo deitou para o «caixote do lixo» com a maior indignidade.

• **Empreitada de “Execução da rotunda na EN 379” – O Sr. Vereador Eduardo Ferro** alega que não possui qualificações em engenharia, nem tem capacidade técnica para opinar em termos técnicos sobre se a obra está, ou não, a ser bem executada. Como leigo parece-lhe que existem várias fragilidades, nomeadamente a questão da referida «orelha». Um veículo pesado

que suba e que pretenda virar à direita vai inclinar-se para a esquerda. Tal facto pode vir a ser prejudicial, mesmo após a conclusão das obras.

Pelo exposto, pergunta se a Autarquia vai ficar '*à espera para ver o que dali sai*', ou se vai depois remediar a questão, ou se procede às necessárias correções antes de concluída a empreitada.

• **Estrada dos Espanhóis (freguesia de Pinhal Novo) – O Sr. Vereador Eduardo Ferro** pronuncia-se sobre o estado de degradação e abandono das bermas da antiga Estrada dos Espanhóis (mais concretamente na Rua Infante D. Henrique), na zona sul do Pinhal Novo. Alega que, antes do Posto Territorial de Pinhal Novo da Guarda Nacional Republicana (GNR) existem zonas calcetadas que são abruptamente interrompidas por zonas de terra e buracos o que dificulta a circulação dos peões e faz com esses, sem alternativa, usem a estrada para circular.

• **Ciclovia da estrada do ciclo preparatório (freguesia de Pinhal Novo) – O Sr. Vereador Eduardo Ferro** refere que a ciclovia junto à Escola Básica do 2.º e 3.º Ciclos José Maria dos Santos, em Pinhal Novo, encontra-se sempre com carros estacionados, inviabilizando quem pretenda circular de bicicleta. Assim, questiona se não será preferível requalificar essa ciclovia, voltando a mesma a ser destinada à circulação automóvel.

• **Notícia inserida no jornal do Pinhal Novo sobre os animais (cães) – “Os fiéis amigos!”** – O Sr. Vereador Pedro Taleço salienta que a descrição que foi feita do Canil Municipal e de todo o seu funcionamento foi muito grave pelo tom das palavras utilizadas, pelo que a resposta que o Sr. Presidente irá dar ao Jornal do Pinhal Novo é de todo válida.

• **Notícia inserida no Jornal do Pinhal Novo sobre o projeto RECOIL (recolha municipal de óleos alimentares usados) – “Município recolheu três mil litros de óleos alimentares usados”** – O Sr. Vereador Pedro Taleço refere que o RecOil é um projeto comunitário que tem a ver com a análise de uma série de sistemas, quarenta e quatro ao todo.

Aproveita para colocar algumas questões, admitindo que não possam ser respondidas no imediato. Em relação à informação e aos resultados falou-se em três mil litros de óleo recolhido sendo que existem trinta oleões distribuídos pelo concelho.

Quanto a poupanças torna-se difícil aferir, a menos que sejam quantificadas em euros. Assim, questiona qual é a poupança que a Autarquia conseguiu, pelo facto das viaturas municipais utilizarem o *biodiesel* ao invés do gasóleo convencional.

De igual modo, a notícia não quantificou a verba que vai ser supostamente transferida para os bombeiros voluntários do concelho, fruto dessa mesma poupança, facto que também é de relevante interesse para que se tenha uma noção de quanto é.

Em relação aos três mil litros, o PS está apreensivo pois teme que os mesmos correspondam maioritariamente ao sistema de recolha que está protocolado com a restauração e com a hotelaria e não fruto da recolha junto das famílias. Talvez o motivo se prenda com o facto de não ter sido acompanhado de campanhas publicitárias ou porque o processo de recolha deveria ser mais facilitado. Realça que os artigos promocionais que se inserem em campanhas normalmente acabam por ter algum efeito positivo em relação às famílias.

É importante que quem acompanha a presente reunião de Câmara se aperceba do grau de importância que o tema tem, não só quanto aos hábitos, ao ambiente mas claramente no que respeita a desperdício, caso os óleos não sejam recolhidos e reconvertidos em *biodiesel* e o que está previsto para o futuro.

Infelizmente sabe-se que muitos dos oleões têm sido roubados. O plano é reforçar e conseguir que haja outro sistema de colocação, mas também mais campanhas publicitárias. O projeto RecOil teve um bom início, mas trata-se de um ponto de partida, mas pensa que não será um ponto de chegada.

Face às questões apresentadas no Período Antes da Ordem do Dia, foram dadas as seguintes respostas:

– **Empreitada de “Execução da rotunda na EN 379”** (Questão colocada pela Sra. Vereadora Natividade Coelho e o Sr. Vereador Eduardo Ferro) – O **Sr. Presidente** refere que relativamente às questões colocadas pela Sra. Vereadora Natividade Coelho nem sequer vai comentar que as adulterou, amputou e que colou parte das suas palavras mas percebe, pois a Sra. Vereadora faz o seu papel e faz de facto um golpe, uma cena teatral com algum falsete.

Relativamente às questões da rotunda, é fácil quem está de fora dizer que falta o lancil ou que o sinal ficou torto, mas essa é uma questão mais séria. Como Presidente de Câmara assegura que defende os interesses do Município de Palmela e dos seus munícipes até à exaustão, independentemente daqueles que votaram nele ou não. Crê que disso tem dado prova em vários fóruns, onde se inclui a EP - Estradas de Portugal, S.A. (EP), mas também a Rede Ferroviária Nacional - REFER, E.P.E. Em várias ocasiões as Sras. Vereadoras e os Srs. Vereadores chegam a considerar que é demasiado agressivo.

Mas como «quem não se sente não é filho de boa gente», acrescenta que na matéria em consideração, não querendo prejudicar o andamento das obras porque o fundamental é ter a bolacha a funcionar, o trânsito a fluir e tudo pavimentado rapidamente, relativamente às correções que forem técnica e politicamente defensáveis a Autarquia irá até ao fim para que

sejam corrigidas. Logicamente que não serão defensáveis aspetos em que há opções técnicas diferentes e se são técnicas é uma questão de ver se prejudicam a acessibilidade.

A Autarquia procurará assumir as suas responsabilidades e tudo será feito até à exaustão para que a EP assuma as que lhe competem. Mas considera que deve-se aguardar pela conclusão da obra para depois ser feita essa avaliação. Lembra que ocasiões houve, neste e em mandatos anteriores, em que a Oposição depressa apontou críticas e aos primeiros «foguetes» apressou-se a apontar defeitos e hoje as questões estão resolvidas, a funcionar e são do conteúdo da generalidade dos municípios.

Naturalmente nunca há soluções perfeitas. Por exemplo, no corrente dia, quando se procedeu à visita da obra da Av. Rainha D. Leonor, em Palmela, para que se pudesse inteirar da solução que foi reclamada por moradores e pela junta de freguesia, nomeadamente o estacionamento, obviamente não se conseguiu fazer o pleno de 100%, em virtude de haver pessoas que se sentem incomodadas por ter que dar a volta, porque a rua mudou de sentido, e como tal sentem-se zangadas porque a sua vida foi alterada. O importante é que com o tempo compreendam que a solução encontrada funciona e que a Autarquia fez uma boa opção.

Como Autarca não pretende e não quer agradar a 100%, porque quando se agrada a 100% alguma coisa está mal, é porque certamente não está a ser feito aquilo que se deve, porque há interesses que são irreconciliáveis - a ditadura do carro perante a ditadura da acessibilidade, entre quem tem de cumprir a legalidade e quem discorda dela.

Pessoalmente pode não concordar com a EP, mas tem que cumprir a Lei, se a Sra. Vereadora Natividade Coelho consegue fazer de outra forma, paga para ver.

Relativamente à empreitada do Sistema Integrado Multimunicipal de Águas Residuais da Península de Setúbal, S.A. (SIMARSUL) não compreende a falta de informação, pois, na sua opinião, a imprensa noticiou bem aquilo que aconteceu. Aliás, o que foi noticiado resulta de uma nota de imprensa e de um documento fornecido, na conferência de imprensa, pela própria SIMARSUL. Nesse documento consta toda a informação, contudo, se for pretendido informação com mais detalhe poderá fornecer cópia dos documentos que a SIMARSUL entregou à Autarquia.

O importante a sublinhar é a vitória alcançada, fruto da determinação do Município. Desde 2010 que o investimento em baixa foi concluído, mas infelizmente não foi possível prestar o serviço aos municípios. Para além disso, a Maioria em Exercício politicamente também foi prejudicada com tal facto.

Importa relevar que em todas as Assembleias Gerais da SIMARSUL, o Presidente da Câmara de Palmela esgotou-se a defender a alteração das prioridades do Plano de Investimentos da SIMARSUL para tornar possível, no quadriénio, a retoma da empreitada e de um outro compromisso que também havia sido adiado quatro anos, a saber, a estação elevatória do

Bairro Mesquita. Felizmente uma obra está adjudicada e a começar, a outra viu publicado, a semana passada, o concurso no Diário da República. Essa é a prova que, seja com quem for, os interesses do Município são bem tratados. A Maioria em Exercício negocia, «guerreia» e chega ao destino pretendido.

A empreitada da SIMARSUL é bem-vinda e resulta muito da pressão e da capacidade de demonstração da necessidade, porque há outras necessidades, pois a SIMARSUL teve que adiar outras empreitadas, em outros concelhos. A Autarquia soube comprovar que ambas as entidades (Câmara Municipal e SIMARSUL) estavam a ser prejudicadas porque não podiam faturar, pese embora a rede em baixa estar concluída. Como é do conhecimento geral, a Autarquia chegou inclusivamente a propor soluções alternativas. O que importa é que a empreitada decorrerá durante nove meses e que para o final do ano é exetável que se comecem a fazer as primeiras ligações.

A **Sra. Vereadora Natividade Coelho** sugere que o Sr. Presidente deve ler melhor as notas de informação que vão para a Comunicação Social e que ouvisse a gravação das respostas que deu ao público a propósito da rotunda da UNICERVI (UNICERVI - Comércio e Representações, Lda.) para que constatasse que o seu golpe de teatro se justificou e que o falsete não é propositado.

O **Sr. Presidente** refere que o que fica é que todos estão preocupados com a melhoria de aspetos técnicos que possam estar menos bem conseguidos na obra. Pretende que fique claro que as alterações ao projeto resultam de imposições da EP - Estradas de Portugal, S.A. e não da Autarquia.

Relativamente a outro tipo de aproveitamentos dessa matéria, a Maioria em Exercício estará para lutar até à exaustão para que as coisas fiquem devidamente construídas. Na sua opinião, deve-se aguardar pela conclusão da obra e esperar que as coisas comecem a funcionar para depois ver se os semirreboques passam, ou não passam, se viram ou não.

Sobre essas matérias alega que possui muitos anos a tratar de questões da rede viária e de trânsito e que, felizmente, já trabalhou e reuniu com muitos técnicos e muitas entidades mas, pese embora tenham todos aprendido na mesma escola, têm interpretações diferentes e nem sempre estão de acordo.

– **Quinta da Asseca (freguesia de Palmela)** (Questão colocada pela Sra. Vereadora Natividade Coelho) – O **Sr. Presidente** destaca que o espaço mencionado possui equipamentos que foram instalados pela Junta de Freguesia de Palmela. Espera que os representantes do PS no Executivo da Junta de Freguesia de Palmela possam discutir, no seio daquele Executivo, a melhoria ou as introduções que querem introduzir naquele espaço.

Relativamente a eventual invasão do espaço público por outras atividades que não estejam devidamente enquadradas, competirá ao Município nas áreas de cedência que são municipais verificar a sua conformidade. Caso se trate de uma horta comunitária que não é promovida pela Autarquia a mesma será bem-vinda, pois provavelmente é preferível em vez de a fazerem à margem das normas.

Talvez seja preferível num projeto de “(A) Gente do Bairro” ser institucionalizada a horta comunitária, aliás, como está a acontecer na Serra Grande. Convida os munícipes que não conhecem as hortas comunitárias a perceberem que, ao contrário daquilo que aconteceu em outros concelhos, não se trata de hortas sociais em espaços degradados. São espaços que vale a pena visitar e que encontram-se dotados de todas as condições: talhões, uma casa para ferramentas, alimentação com água, sistemas de controlo de água e formação em agricultura biológica. Já valeu a pena porque em alguns locais já se faz colheita.

_ **Unidade de Saúde Familiar Santiago de Palmela** (Questão colocada pela Sra. Vereadora Natividade Coelho) – O **Sr. Presidente** indica que sobre as questões da Saúde não quis estar a aprofundar, mas a Sra. Vereadora Natividade Coelho tem toda a razão, pois, podia-se chamar à colação vários aspetos que estiveram em discussão. Fez bem em recordar alguns, nomeadamente, a questão do sistema informático. Adianta que foi uma das principais queixas dos profissionais, porque não se trata só da perda de informação mas também da duplicação, ou mais, do tempo de atendimento.

Curiosamente em Brejos do Assa o tema de conversa foi o mesmo e todos estavam convencidos que era um problema de sinal da *internet*, mas infelizmente, não é. Aquilo de que se tem conhecimento é que o sistema informático VITA_{HIS}CARE Live, fruto de opções economicistas, foi substituído por outro mais barato. Claro que o barato significa menor qualidade do serviço.

Na intervenção inicial, não quis logo escarpelizar esses aspetos porque eles estão a ser recenseados no memorando que será levado à reunião com o Sr. Presidente da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I.P. ou, numa primeira fase, ao Sr. Presidente do Agrupamento de Centros de Saúde Arrábida (ACES Arrábida).

O **Sr. Vereador Adilo Costa** dá conta que a Unidade de Saúde Familiar Santiago de Palmela (CS Palmela) tem capacidade para 15.000 (quinze mil) utentes mas, neste momento, possui 17.474 (dezassete mil, quatrocentos e setenta e quatro) utentes.

Na equipa de cuidados continuados, o rácio devia ser um técnico para sete utentes de cuidados continuados mas a realidade é um técnico para quarenta utentes. Para além disso, a nível concelhio, 31,7% dos munícipes não possuem médico de família.

O **Sr. Presidente** esclarece que quando referiu que *'a Unidade de Saúde Familiar ainda dá resposta'* é comparativamente com o resto do concelho, porque como os números demonstram já se encontra numa situação de rutura.

_ **Estrada dos Espanhóis (freguesia de Pinhal Novo)** (Questão colocada pelo Sr. Vereador Eduardo Ferro) – O **Sr. Presidente** refere que no troço em causa pode haver falta de bermas calcetadas em virtude de ser uma zona que confina com terrenos que ainda não têm moradias. Sublinha que o calcetamento ou o passeio, de acordo com aquilo que está no Regulamento de Urbanização e Edificação do Município de Palmela compete aos proprietários.

O que se tem procurado fazer é que as vias que têm caráter mais urbano tenham sempre, pelo menos, uma berma em passeio ou calçada, e isso existe no local pois conhece-o como as suas mãos. Contudo, o assunto será tomado em boa nota mas sublinha que existem zonas onde é mais importante tratar as bermas.

Quanto à ciclovía junto à Escola Básica do 2.º e 3.º Ciclos José Maria dos Santos, em Pinhal Novo, trata-se não de uma ciclovía mas de um corredor ciclável. Um corredor ciclável é um corredor partilhado, ou seja, não é um corredor segregado. Um corredor partilhado - aconselha a leitura sobre a mobilidade suave - é um corredor que pode ser pisado pelos carros (para entrar e sair de estacionamento) mas desde que não haja perigo, aliás, o Código da Estrada já garante a proteção ao ciclista.

Quanto aos automóveis que se encontram estacionados nesse corredor, infelizmente é uma realidade difícil de debelar porque é interdito o estacionamento. A alternativa é estar a chamar a Guarda Nacional Republicana (GNR) a toda a hora, pois o estacionamento indevido é para ser tratado no âmbito da atuação das autoridades policiais. Também nessa matéria é uma questão de cidadania e transformação de mentalidades.

Aquilo que a Autarquia tem previsto para a zona sul do Pinhal Novo, no âmbito da candidatura à Rede de Cidades e Vilas de Excelência, é um conjunto de corredores cicláveis com 1,50 m de largura que vão coexistir com a entrada e saída de zonas de estacionamento, transformando todas as vias em vias de sentido único.

_ **Notícia inserida no Jornal do Pinhal Novo sobre o projeto RECOIL (recolha municipal de óleos alimentares usados)** (Questão colocada pelo Sr. Vereador Pedro Talego) – O **Sr. Presidente** considera que a notícia não terá sido devidamente compreendida, pois os três mil litros de óleo recolhidos não são todos utilizados nas viaturas municipais. A empresa apenas fornece uma percentagem do biodiesel que a Autarquia utiliza simbolicamente na Semana da Mobilidade

Trata-se de um projeto com financiamento comunitário em que a Agência de Energia e Ambiente da Arrábida (ENA) é a coordenadora do projeto a nível europeu - o projeto é idêntico na Grécia, na Itália, na França, na Alemanha e na Espanha mas quem gere os fundos é a ENA. O projeto consiste em disseminar no espaço público oleões. No caso de Palmela já foi ultrapassado o número de oleões que a Lei apontava para 2015. Cada país tinha uma determinada meta consoante o número de habitantes por localidade. Para além dos trinta que existem em espaço público, existem mais vinte e seis em instituições (coletividades, instituições privadas de solidariedade social e supermercados).

A parte que é destinada aos bombeiros provém do sector HORECA (Hótelaria, REstauração e CAFés), onde operam para além dos associados da ENA outros operadores privados - existem outras empresas que têm autorização, porque são operadores de resíduos certificados, e se forem ter com um restaurante e contratualizarem a entrega dos óleos é bom para o restaurante em causa porque tem a certificação que trata os seus resíduos. Essa empresa pode operar em paralelo com a ENA dado que não existe nenhuma concessão. É essa parte que é destinada aos bombeiros.

Contudo, não considera pertinente, neste momento, que se apresentem contas. Elas não de ser feitas quando houver um volume mais significativo que valha a pena. Mas é inegável que o ambiente ganha, porque os óleos que não forem reciclados vão para o sistema de águas residuais e acabam nas Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR's). Um dos maiores problemas no tratamento das lamas das ETAR's são precisamente os óleos.

Aquilo que a Autarquia está a fazer no concelho é acompanhar as melhores práticas que há a nível europeu. Logicamente que era preferível em vez de trinta locais de deposição, serem cinquenta ou sessenta. Contudo reafirma que o contrato que existe com a empresa que ganhou o concurso através da ENA é anualmente colocar um determinado número de oleões e, por isso, o seu número em espaço público vai aumentar significativamente nos próximos anos, assim as pessoas lhes deem uso.

Aproveita para esclarecer que os roubos que acontecem não são dos oleões, mas do óleo que lá é depositado. Igual fenómeno acontece com o papelão e o metal dentro dos ecopontos. Infelizmente há quem viva das receitas que consegue obter indo aos resíduos valorizáveis para desse modo conseguir mais algum dinheiro para sobreviver e também por isso, às vezes, o volume não é tão significativo. Mas ter sido atingido esse valor ao fim de dois anos é sinal que as pessoas foram bem sensibilizadas.

Recorda que, em 2013, foram expedidos 26.000 (vinte e seis mil) *flyers* nas cartas dirigidas aos consumidores de água e que também no início da campanha foram distribuídos funis. Se a União Europeia conceder mais dinheiro à ENA mais funis serão distribuídos.

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** aproveita para ler a nota de imprensa que saiu no jornal para ver que não há problemas de interpretação. Provavelmente haverá problemas na notícia que diz

"os 3.000 litros de óleos usados foram transformados em biodiesel que está a ser utilizado nas viaturas da autarquia".

O **Sr. Presidente** refere que há jornais que reproduzem *ipsis verbis*, se assim o entenderem, as notas de imprensa, enquanto outros apresentam um resumo, o que não é incorreto. Cada um trata a informação como entende. Por via das dúvidas aconselha o Sr. Vereador Pedro Talego a ler a nota de imprensa do Município para que constate de quem é a falha.

O Sr. Presidente coloca a votação à admissão, no Período Antes da Ordem do Dia, os seguintes documentos:

. Moção (Pela construção urgente do pavilhão desportivo da Escola Secundária de Palmela) – a ser apresentada pelo Sr. Presidente.

Aprovada, por unanimidade, a admissão da Moção no Período Antes da Ordem do Dia.

. Saudação (50.º aniversário do restaurante "Pérola da Serra") – a ser apresentada pelo Sr. Vereador Luís Miguel Calha.

Aprovada, por unanimidade, a admissão da Saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

. Saudação (Leonor Andrade representa Portugal na Eurovisão) – a ser apresentada pelo Sr. Vereador Luís Miguel Calha.

Aprovada, por unanimidade, a admissão da Saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

O **Sr. Presidente** passa à apresentação da Moção

MOÇÃO (Pela construção urgente do pavilhão desportivo da Escola Secundária de Palmela)

(A Moção a seguir transcrita, contempla as alterações conforme a discussão havida)

"A prática desportiva em contexto escolar, pelos seus importantes contributos para a saúde, a integração e a criação de espírito de equipa, é determinante para o desenvolvimento físico e social harmonioso dos e das crianças e jovens. A educação física não pode, assim, ser encarada como uma componente letiva de menor relevo ou de segunda linha, dentro no currículo escolar.

Não obstante, há mais de uma década que os alunos e alunas que frequentam a Escola Secundária de Palmela têm visto a sua prática desportiva em contexto letivo gravemente prejudicada pela falta de instalações adequadas, já que as aulas decorrem numa sala adaptada, com dimensões exíguas para a prática de grande parte das modalidades. Sublinha-se, aqui, o grande esforço e o trabalho desenvolvido pela escola e, em particular, pela equipa docente da disciplina de Educação Física, que tem procurado colmatar esta lacuna com atividades diversificadas ao ar livre, sempre que o tempo o permite.

A situação remonta ao início da década passada, quando, depois da conclusão da segunda fase de intervenção na escola (ano letivo 2002/2003), ficou previsto para 2004 o arranque da terceira fase. Entre os espaços em falta, contava-se um novo pavilhão desportivo, já que o existente – entretanto demolido – se encontrava em estado de ruína, representando perigo para a segurança da comunidade escolar.

Na sequência da intervenção do Município, das Juntas de Freguesia e dos órgãos diretivos do estabelecimento de ensino, o Governo informou, em 2007, da existência de uma solução que iria ao encontro das necessidades apontadas. Mais tarde, em 2011, seguiu-se despacho da então Ministra da Educação, reconhecendo o interesse público da obra e ordenando à Parque Escolar o planeamento e execução da terceira fase da obra. Tal nunca chegou a acontecer e, desde então, não são conhecidos desenvolvimentos assinaláveis.

Consciente de que esta é uma responsabilidade da Administração Central, a Câmara Municipal está apostada em contribuir para uma resposta rápida e já transmitiu a sua disponibilidade para comparticipar na concretização do Pavilhão Desportivo, caso o equipamento fique disponível para utilização pela comunidade em horário pós-escolar.

A 16 de janeiro deste ano, o Delegado Regional de Educação efetuou uma visita à Escola Secundária de Palmela com o Executivo Municipal, tendo contactado com a realidade deste equipamento escolar. No entanto, e apesar das várias solicitações por parte do Município, o Presidente da Câmara ainda não foi recebido pelo Ministro da Educação.

No dia 9 do presente mês, em resposta a um pedido de informação sobre a construção dos pavilhões desportivos da Escola Secundária de Palmela, bem como da Escola Básica José Saramago, em Poceirão, a Parque Escolar informou o Município que a Secundária de Palmela não integra o Programa de Modernização de Escolas do Ensino Secundário, não constando, por isso, do Plano de Investimentos da empresa. Este dado foi recebido com surpresa pelo Município, porquanto se aguarda, há mais de dez anos, a execução da terceira fase de uma intervenção planeada, iniciada e que urge concluir.

Entretanto, as Juntas de Freguesia de Palmela e de Quinta do Anjo emitiram, recentemente, um comunicado, alertando para o problema e procurando mobilizar a comunidade educativa para uma ação reivindicativa junto do Ministério da Educação, iniciativa que saudamos e com a qual estamos solidários.

Em reunião pública descentralizada, realizada a 18 de março de 2015, em Aires, a Câmara Municipal de Palmela delibera:

- exigir que o Ministério da Educação inclua a Escola Secundária de Palmela no Programa de Modernização de Escolas do Ensino Secundário e, consequentemente, no Plano de Investimentos da Parque Escolar, E.P.E., com vista à construção urgente do Pavilhão Desportivo, bem como dos restantes espaços em falta, no âmbito da terceira fase da intervenção geral neste estabelecimento de ensino;

- reafirmar a sua disponibilidade para a celebração de um contrato-programa com o Ministério da Educação, que preveja a comparticipação do Município na obra, em moldes a acordar entre as partes, desde que seja possível disponibilizar o futuro Pavilhão Desportivo para utilização pela comunidade, em horário pós-escolar;

- enviar a presente Moção:

- ao Senhor Ministro da Educação;
- à Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Palmela;
- às Juntas e Assembleias de Freguesia de Palmela e de Quinta do Anjo;
- ao Presidente do Conselho Geral da Escola;
- à Direção da Escola Secundária de Palmela;
- à Associação de Pais e Encarregados de Educação;
- à Associação de Estudantes;
- à Parque Escolar E.P.E.;
- à Comunicação Social;
- aos Grupos Parlamentares na Assembleia da República.”

Sobre a Moção (Pela construção urgente do pavilhão desportivo da Escola Secundária de Palmela) intervém:

A **Sra. Vereadora Natividade Coelho** informa que o PS, obviamente, votará a favor porque está mais que diagnosticado a necessidade do referido equipamento. Essa necessidade é real, senão nem sequer se tinha demolido o anterior.

Constata-se que os despachos de uma Ministra da Educação não se cumpriram. Há poucos meses o diretor da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE) visitou o estabelecimento e reconheceu a necessidade, mas em resultado da reestruturação da Administração Pública acabou por sair.

Não havendo disponibilidade do Sr. Ministro da Educação e Ciência para receber presidentes de câmara ou, pelo menos, alguns presidentes de câmara, o Executivo Municipal continuará a ter que fazer muitas moções.

Aproveita para ironizar pois quando algo deste género é construído, a bondade não é de quem a constrói; a bondade é de quem andou tanto tempo aos «gritos» para que fosse construída. Nesses casos deve dizer-se que foi construída porque o povo reivindicou, uma determinada comunidade assim o exigiu e, por isso, aconteceu.

Considera que a disponibilidade evidenciada pela Câmara Municipal deve ser sempre colocada à cabeça porque a solução deveria servir a Comunidade Educativa, mas também a comunidade local. Essa era a melhor solução.

Comenta que certos municípios, não só com menos população, mas com muito menos área, têm equipamentos desportivos desertos, enquanto Palmela efetivamente precisa desses equipamentos e continua à espera e a fazer Moções, independentemente de qual seja o Governo.

Submetida a votação a Moção (Pela construção urgente do pavilhão desportivo da Escola Secundária de Palmela), foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Relativamente ao sentido de voto assumido na Moção antes transcrita, o **Sr. Vereador Eduardo Ferro** menciona que nunca colocaria em causa a pertinência da presente Moção. Contudo, conforme expresso pela Sra. Vereadora Natividade Coelho, em muitos concelhos vê-se equipamentos desportivos que, provavelmente, não fazem falta, ou servem uma população pequena. Na sua opinião o problema talvez tenha sido o despesismo que existiu e que impossibilita que hoje haja mais capacidade orçamental.

O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** passa à apresentação das seguintes Saudações:

SAUDAÇÃO (50.º aniversário do restaurante “Pérola da Serra”)

“O Restaurante “Pérola da Serra” comemora, este ano, o seu quinquagésimo aniversário, assumindo-se como uma referência gastronómica da região de Palmela. Ao longo deste meio século de funcionamento, destacou-se pela confeção de especialidades gastronómicas com base em produtos regionais e num serviço de tradição familiar, em ambiente caseiro.

Sob gestão da família Rodrigues desde 1964, o estabelecimento começou por ser uma mercearia e um café, pelo que, ainda hoje, é conhecido pelas gentes de Palmela como o “Café da Serra”. A 10 de janeiro de 1965, a geração seguinte introduziu os serviços de restauração, através dos petiscos, dos almoços e, posteriormente, dos jantares.

No âmbito do programa de promoção gastronómica “Palmela – Experiências com Sabor!”, o “Pérola da Serra” participou, em outubro de 2011, no Concurso de Gastronomia de Palmela,

recebendo a única “Menção Honrosa” do referido concurso, com base em critérios como a integração na gastronomia local, a carta de vinhos e o serviço de vinhos.

Reunida a 18 de março de 2015, a Câmara Municipal de Palmela saúda o restaurante “Pérola da Serra”, os seus proprietários e funcionários por este quinquagésimo aniversário, desejando que este estabelecimento continue a contribuir para a divulgação da gastronomia regional e do nome de Palmela junto dos seus clientes e amigos pelas décadas vindouras, sempre com a mesma qualidade que, hoje, lhe reconhecemos.”

Submetida a votação a Saudação (50.º aniversário do restaurante “Pérola da Serra”), foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

SAUDAÇÃO (Leonor Andrade representa Portugal na Eurovisão)

“Leonor Andrade, jovem barreirense a residir em Quinta do Anjo, venceu o Festival da Canção 2015 e representará Portugal na 59ª edição do Festival Eurovisão da Canção.

A cantora de 20 anos de idade interpretou o tema “Há um mar que nos separa”, da autoria de Miguel Gameiro, e conquistou a honra de defender as cores nacionais em Viena, na Áustria, na semifinal de 21 de maio.

A Câmara Municipal de Palmela, reunida a 18 de março de 2015, em Aires, saúda Leonor Andrade pela vitória e formula votos de sucesso para esta jovem, que é um dos muitos rostos do talento musical no concelho e na região.”

Submetida a votação a Saudação (Leonor Andrade representa Portugal na Eurovisão), foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

DESPACHOS EMITIDOS PELO SR. DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL E SRA. CHEFE DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, POR SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS:

No âmbito do Departamento de Administração e Desenvolvimento Organizacional / Divisão de Administração Geral / Secção de Licenciamentos:

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 2, dos processos despachados pelo Sr. Diretor do Departamento de Administração e Desenvolvimento Organizacional, Dr. Paulo Pacheco e Sra. Chefe da Divisão da Administração Geral, Dra. Pilar Rodriguez, no período compreendido entre 04.03.2015 e 17.03.2015.

**DESPACHOS EMITIDOS PELA SRA. VEREADORA FERNANDA PÉSINHO, POR
SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA:**

No âmbito da Divisão de Administração Urbanística:

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 3, dos processos despachados pela Sra. Vereadora Fernanda Manuela Almeida Pésinho, no período compreendido entre 02.03.2015 a 12.03.2015.

CONTABILIDADE:

Pagamentos autorizados:

O **Sr. Presidente** dá conhecimento à Câmara que foram autorizados pagamentos, no período compreendido entre os dias 04.03.2015 a 17.03.2015, no valor de 944.791,67 € (novecentos e quarenta e quatro mil, setecentos e noventa e um euros e sessenta e sete cêntimos). A lista dos pagamentos autorizados fica anexa a esta ata como documento n.º 4.

TESOURARIA:

Balancete:

O **Sr. Presidente** informa que o balancete do dia 17.03.2015, apresenta um saldo de 6.067.606,93 € (seis milhões, sessenta e sete mil, seiscentos e seis euros e noventa e três cêntimos), dos quais:

- **Dotações Orçamentais** – 5.341.038,14 € (cinco milhões, trezentos e quarenta e um mil, trinta e oito euros e catorze cêntimos);
- **Dotações Não Orçamentais** – 726.568,79 € (setecentos e vinte e seis mil, quinhentos e sessenta e oito euros e setenta e nove cêntimos).

ORDEM DO DIA

O **Sr. Presidente** dá conhecimento que a Ordem do Dia desta reunião de Câmara é constituída pelos pontos que são enunciados no início desta ata.

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO URBANÍSTICA

Pelo **Sr. Presidente** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 1 – Dispensa de elaboração de Avaliação Ambiental e alteração ao PDM na área da AUGI a Norte dos Olhos de Água.

PROPOSTA N.º DAU 01_06-15:

«Compete à entidade responsável pela elaboração de PMOT averiguar sobre a sua sujeição a Avaliação Ambiental (AA) de acordo com o constante no n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-lei n.º 232/2007, de 15 de junho com a redação introduzida pelo Decreto-lei n.º 58/2011, de 04 de maio – que estabelece o regime a que fica sujeita a avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente.

Apesar de a lei não ser expressa relativamente ao momento da decisão sobre a sujeição a AA, decorre da *Circular de Orientação Técnica sobre Qualificação dos PMOT para efeitos de não sujeição a avaliação ambiental*, da DGOTDU, a orientação para a desejável promoção da consulta pública da deliberação de alteração ao IGT, em simultâneo com o período da consulta pública dos critérios e fundamentos da qualificação ou não qualificação da ação a Avaliação Ambiental, pela vantagem de sobreposição dos procedimentos administrativos das duas ações.

Na sequência da deliberação sobre a alteração ao PDM na área da AUGI a norte de Olhos d'Água, aprovada na sessão pública no passado dia 4 do corrente mês, por força da aplicação da supracitada legislação (que faz a transposição para a ordem jurídica interna das Diretivas n.º 2001/42/CE, de 27 de junho e n.º 2003/35/CE, de 26 de maio) bem como das orientações da circular da DGOTDU acima referida, torna-se necessário decidir sobre a eventual sujeição a AA.

Fundamentação da proposta de decisão:

No anexo que integra o Decreto-lei n.º 232/2007, de 15 de junho na atual redação, encontram-se estabelecidos os seguintes critérios de determinação da probabilidade de efeitos significativos no ambiente:

1 - Características dos planos e programas tendo em conta, nomeadamente:

- a) O grau em que o plano ou programa estabelece um quadro para os projetos e outras atividades no que respeita à localização, natureza, dimensão e condições de funcionamento ou pela afetação de recursos;*
- b) O grau em que o plano ou programa influencia outros planos ou programas, incluindo os inseridos numa hierarquia;*
- c) A pertinência do plano ou programa para a integração de considerações ambientais, em especial com vista a promover o desenvolvimento sustentável;*
- d) Os problemas ambientais pertinentes para o plano ou programa;*

e) A pertinência do plano ou programa para a implementação da legislação em matéria de ambiente.

2 – Características dos impactes e da área suscetível de ser afetada, tendo em conta, nomeadamente:

a) A probabilidade, a duração, a frequência e a reversibilidade dos efeitos;

b) A natureza cumulativa dos efeitos;

c) A natureza transfronteiriça dos efeitos;

d) Os riscos para a saúde humana ou para o ambiente, designadamente devido a acidentes;

e) A dimensão e extensão espacial dos efeitos, em termos de área geográfica e dimensão da população suscetível de ser afetada;

f) O valor e a vulnerabilidade da área suscetível de ser afetada, devido a:

i) Características naturais específicas ou património cultural;

ii) Ultrapassagem das normas ou valores limite em matéria de qualidade ambiental;

iii) Utilização intensiva do solo;

g) Os efeitos sobre as áreas ou paisagens com estatuto protegido a nível nacional, comunitário ou internacional;

A ação enquadra-se nas isenções referidas no n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-lei n.º 232/2007, de 15 de junho na atual redação, uma vez que incide sobre uma pequena área de nível local e não é suscetível de ter efeitos significativos no ambiente, não se verificando nenhuma das situações referidas no anexo ao referido diploma, atrás reproduzidos.

No que respeita à alínea g) do nº 2 do referido anexo, e apesar de a alteração incidir sobre uma área reduzida, classificada como REN na carta em vigor, os trabalhos da delimitação da Reserva Ecológica Nacional, em curso no âmbito da Revisão do PDM, demonstram não existirem aqui solos classificados em nenhum dos ecossistemas estabelecidos no atual regime da REN (Decreto-lei n.º 166/2008, de 22 de agosto republicado pelo Decreto-lei n.º 239/2012, de 2 de novembro). Podemos assim, inferir, que a alteração não produz prejuízo sobre as áreas ou paisagens com estatuto protegido a nível nacional.

Acresce a este entendimento o articulado no n.º 3, artigo 96º do RJIGT, que estabelece que as pequenas alterações aos instrumentos de gestão territorial só são objeto de avaliação ambiental no caso de se determinar que são suscetíveis de ter efeitos significativos no ambiente, o que não é o caso.

Face ao exposto, **propõe-se** dispensar da elaboração de Avaliação Ambiental a alteração ao PDM na área da AUGI a Norte dos Olhos de Água (ao abrigo do n.º 2 do artigo 3.º, do Decreto-lei n.º 232/2007, com a atual redação), bem como a abertura do período de participação pública, pelo período de 30 dias, nos termos dos n.º 6 e 7 do mesmo diploma.

Paralelamente, **propõe-se** retificar a imprecisão da redação da deliberação de 4 de março, nomeadamente no seu quarto parágrafo, onde se lê:

(...) com o objetivo de alterar o zonamento plasmado na Planta de Ordenamento do PDMP (...) de Espaço Agro-florestal cat.II e REN

deverá ler-se:

(...) com o objetivo de alterar o zonamento plasmado na Planta de ordenamento do PDMP (...) de Espaço Agro-florestal cat.II e Espaços Naturais”.

Importa ainda referir que esta alteração ao PDM pressupõe a alteração à carta da Reserva Ecológica Nacional (REN) em vigor, uma vez que os Espaços Naturais da Planta de Ordenamento correspondem a áreas da REN, (publicada a 13.04.96 por via de Resolução Conselho de Ministros n.º 36), processo que igualmente se inicia com a deliberação em presença – aspeto omissa na anterior deliberação.

Assim, **propõe-se que a redação** do articulado **da deliberação do passado dia 4**, sobre a Alteração ao DM na área da AUGI Norte de Olhos d'Água, reflita os aperfeiçoamentos atrás identificados, **passando a ter a seguinte redação:**

“A 17 de novembro de 2004 a Câmara Municipal de Palmela deliberou a elaboração do Plano de Pormenor de iniciativa municipal com o apoio da Administração Conjunta (AC), com vista à reconversão Urbanística da AUGI a norte dos Olhos de Água, correspondente ao prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Palmela sob o n.º 12637, do livro B-39, desanexado do descrito sob o n.º 5251 a folhas 1 verso, do livro B-18 e omissa na matriz cadastral rústica da freguesia da Quinta do Anjo, com uma área de 19.250,0m².

Desde então, a sua elaboração tem decorrido com sucessivos constrangimentos, verificados quer pela necessidade de adaptação às mudanças e exigências legais, pela necessidade de celebração do contrato de urbanização e planeamento, bem como de contratação de serviços, pelo que se procurou, junto da CCDR-LVT, encontrar processos alternativos para atingir o objetivo final (viabilizar a reconversão da AUGI em consonância com o PDM) em tempo útil.

Face à oportunidade que a sucessiva atualização do quadro legal também proporciona, optou-se pela figura da alteração do PDM (competência do município) - procedimento simplificado desde a publicação do Decreto-Lei nº 316/2007, de 19 de Setembro - remetendo-se para momento posterior a reconversão sob a forma de loteamento (iniciativa da AC), tendo este procedimento obtido a aprovação da Comissão de Administração da AUGI.

Assim, propõe-se que a Câmara Municipal delibere a alteração do PDM, de acordo com o previsto nos Artigos 93º, 95º e 96º do RJIGT (aprovado pelo Decreto-Lei n.º 380/99 de 22/09, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20/02) com o objetivo de alterar o zonamento plasmado na Planta de ordenamento do PDMP (publicado através da RCM n.º 115/1997 e alterado pelas declarações 185/2002 de 17/7 e 162/2005 de 27/07) de Espaços Agro-florestais cat.II e Espaços Naturais, para Espaços de Recuperação e Reconversão Urbanística, a incidir sobre a área de 11.635,0m², assinalada em anexo, correspondente à delimitação desta AUGI na respetiva carta do Concelho, aprovada pela Câmara Municipal de Palmela a 21/02/1996.

Uma vez que os Espaços Naturais são constituídos pelas áreas incluídas na Reserva Ecológica Nacional (REN) publicada a 13.04.96 por via de Resolução Conselho de Ministros n.º 36, esta ação tem subjacente a alteração à carta da REN em vigor.

Prevê-se que as alterações decorram conforme procedimento estipulado no RJIGT e regime da REN, estimando-se o prazo desejável de dois anos até à sua publicação.

Mais decorre do RJIGT, nos termos do n.º 2 do seu artigo 77º, que ocorra a participação pública para formulação de sugestões para a apresentação de informações sobre quaisquer questões que possam ser consideradas no âmbito do respetivo procedimento.

Pelo exposto, propõe-se ainda que a Câmara Municipal delibere a abertura do período de Participação Pública da alteração ao Plano Diretor Municipal de Palmela, para a área da AUGI norte de Olhos d'Água, pelo período mínimo de 15 dias úteis, contados a partir do 6º dia após a data da publicação do Aviso respetivo no Diário da República."

Sobre a proposta de Dispensa de elaboração de Avaliação Ambiental e alteração ao PDM na área da AUGI a Norte dos Olhos de Água numerada DAU 01_06-15 intervêm:

A **Sra. Vereadora Cristina Rodrigues** destaca que o PS não tem nada a opor em relação a essa dispensa de avaliação ambiental, pelo que votará favoravelmente, uma vez que se trata de uma alteração ao Plano Diretor Municipal (PDM) para acolher a legalização de um Plano de Urbanização de uma Área Urbana de Génese Ilegal (AUGI) que é uma área pequena e a própria revisão do PDM que já está em elaboração também já fez essa ponderação e isso de certa forma conforta.

Propõe que se acrescente na fundamentação o n.º 3, do art.º 96 do Decreto-Lei n.º 380/99 na redação atual que refere: *"As pequenas alterações aos instrumentos de gestão territorial só são objeto de avaliação ambiental no caso de se determinar que são suscetíveis de ter efeitos significativos no ambiente."* Como não há "efeitos significativos no ambiente" deve colocar-se também no primeiro parágrafo da página três, porque são duas propostas. Uma é para a dispensa da avaliação ambiental e depois outra para reformular o que foi aprovado na última

reunião de Câmara. Considera que acrescentar essa referência acautela mais a decisão da Câmara.

O **Sr. Presidente** esclarece que isso está dito no penúltimo parágrafo da página dois porque está dentro das isenções, lê-se: *"incide sob uma pequena área de nível local e não é suscetível de ter efeitos significativos no ambiente"*. Na substância não existe desacordo. O que pode ser feito é conferir se, no âmbito da legislação habilitante, não haverá alguma coisa revogada. A sugestão é acolhida se todos estiverem de acordo.

Havendo acordo, solicita que se retire esse sublinhado, pois *'não há de facto matéria suscetível de ter efeitos significativos no ambiente.'*

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

SAÍDA DA REUNIÃO DE UM VEREADOR

Nesta altura, ausenta-se da reunião o Sr. Vereador Luís Miguel Calha.

DIVISÃO DE CULTURA, COMUNICAÇÃO E TURISMO

Pelo **Sr. Presidente** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 2 – Festival Internacional de Música “Palmela Terra de Cultura” – Protocolo de Cooperação com a Sociedade Filarmónica Palmelense “Loureiros”.

PROPOSTA N.º DCCT 01_06-15:

«Os Protocolos de Cooperação entre a Autarquia e as estruturas na área das artes e para a promoção de eventos culturais, são elementos fundamentais do seu relacionamento e visam estabelecer relações aprofundadas que contribuam para um maior desenvolvimento cultural e local.

É neste contexto que importa aferir da importância de estabilizar este compromisso adequando-o às possibilidades e aos contextos de investimento municipal, perspetivando políticas públicas continuadas de apoio à cultura, atendendo aos princípios de transparência, avaliação de resultados e alcance estratégico das parcerias a realizar.

Com a realização do FIMP – Festival Internacional de Música “Palmela Terra de Cultura”, a Sociedade Filarmónica Palmelense “Loureiros” propõe-se contribuir para divulgar, incentivar e promover as artes musicais da região de Palmela, não esquecendo a promoção de grupos e atividades de outras regiões, procurando o desenvolvimento social e cultural do Concelho.

Nos seus objetivos estão o desenvolvimento de hábitos culturais e sociais, através do fomento da regularidade de fruição dos novos públicos nas instituições culturais locais, destacando-se vários momentos de programação que se pautam pela diversidade das propostas, abrangendo diversos quadrantes musicais. Jazz, Rock, Canto Coral, Bandas de Sopro e Grupos de Música de Câmara são algumas das propostas que têm integrado a programação do FIMP.

A descentralização das atividades por vários espaços, é também uma das preocupações da organização do Festival. Para além das salas de espetáculo da Vila de Palmela, também as Igrejas, Bares e Adegas da região são palco dos mais variados espetáculos, proporcionando noites diferentes e ambientes intimistas.

O FIMP tem vindo a afirmar-se como um importante evento cultural do nosso concelho e constitui um bom exemplo de prática associativa.

Assim, **propõe-se**, em conformidade com a alínea u) do n.º 1, do art.º 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a aprovação do Protocolo de Cooperação com a Sociedade Filarmónica Palmelense "Loureiros", cuja minuta faz parte integrante da presente proposta.»

Sobre a proposta de Festival Internacional de Música "Palmela Terra de Cultura" numerada DCCT 01_06-15 intervém:

A **Sra. Vereadora Natividade Coelho** alega que o protocolo reconhece efetivamente a atividade da Sociedade Filarmónica Palmelense "Loureiros". O Festival Internacional de Música que está explicitado enriquece não só a freguesia de Palmela, mas o próprio concelho.

Sublinha que tendo sido aprovado o Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo, ganha-se um outro fôlego e um outro reconhecimento e a reação do PS o ano passado, conforme expressa na referida ata, está perfeitamente diluída. O PS congratula-se com o apoio e com a forma como está consignado no próprio protocolo.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

ENTRADA NA REUNIÃO DE UM VEREADOR

Nesta altura, a reunião volta a ser participada pelo Sr. Vereador Luís Miguel Calha.

DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E INTERVENÇÃO SOCIAL

Pelo **Sr. Vereador Adilo Costa** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 3 – Atribuição de apoio financeiro à AIRP – Associação dos Idosos e Reformados da Freguesia do Poceirão.

PROPOSTA N.º DEIS 01_06-15.

«A AIRP – Associação dos Idosos e Reformados da Freguesia de Poceirão é uma Associação constituída em 2003 e Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) desde 2006, que tem por objeto o “apoio aos idosos e reformados da freguesia de Poceirão” [Diário da Republica, III Serie, nº 160, 14 de Julho de 2003, p. 14680 (4)], propondo-se criar, para tal, as respostas de centro de dia e de serviço de apoio domiciliário, tal como consta nos seus Estatutos.

Para a criação de respostas de apoio para a população idosa residente na União das Freguesias de Poceirão Marateca, a Associação viu aprovada, em 2013, uma candidatura ao PRODER no âmbito da Medida 3.2. – Melhoria da Qualidade de Vida, Ação 3.2.2. Serviços Básicos para a população rural, tendo celebrado Contrato de Financiamento com a Entidade Gestora a 9 de setembro de 2013.

O projeto em causa visa a adaptação da Escola do Forninho, prédio urbano sito na Rua da Escola, no lugar do Forninho, na União de freguesias de Poceirão e Marateca, cedido em regime de direito de superfície a favor da Associação por um período de dez anos, de acordo com escritura celebrada a 26 de julho de 2013. A intervenção caracteriza-se pela adaptação do edifício para a criação de condições para o funcionamento das respostas de Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário, obrigando a obras de adaptação no interior e no exterior do edifício, com a consecutiva aquisição de equipamentos necessários ao funcionamento da cozinha. Para o transporte de utentes e para o pleno funcionamento do Serviço de Apoio Domiciliário, o projeto inclui a aquisição de duas viaturas adaptadas.

De acordo com as obrigações a que a Associação se encontra sujeita para o cumprimento dos prazos estabelecidos, a AIRP deu início às obras que se encontram, presentemente, em fase de conclusão.

Considerando que o projeto apresenta um orçamento de 300.000,00 €, sendo o financiamento comunitário de 73,72%, num montante máximo elegível de 200.000,00 €, cabe à Associação realizar o investimento no valor de 100.000,00 €. De forma a viabilizar o projeto, a Associação encontra-se a contrair um financiamento bancário no valor de 50.000,00 €, ficando ainda a descoberto os restantes 50.000,00 € de capital próprio. Esta candidatura foi sempre acompanhada e enquadrada pela autarquia.

Face ao exposto, e de acordo com a alínea u) do nº 1, do artigo 33º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, **propõe-se** a atribuição de um apoio financeiro à AIRP - Associação dos Idosos e Reformados da Freguesia de Poceirão no valor de 25.000,00 € (vinte e cinco mil euros), valor que se destina a custear os encargos do projeto, na sua globalidade, decorrentes do investimento realizado.»

Sobre a proposta de Atribuição de apoio financeiro à AIRP numerada DEIS 01_06-15 intervêm:

O **Sr. Vereador Eduardo Ferro** refere que há uma questão que tem que ver com o apoio que a Autarquia vai conceder relativamente à comunicação que foi endereçada ao Sr. Presidente

onde estão elencadas as quantias que têm que ser gastas. Existem duas questões que têm que ver com o estudo de arquitetura e engenharia e o estudo de viabilidade económica do projeto. Trata-se de um valor que é muito próximo daquilo que a Autarquia vai atribuir. Pergunta se a Câmara Municipal, que em termos de engenharia é competente, não poderia de alguma forma contribuir para os valores expressos.

A **Sra. Vereadora Natividade Coelho** explica que o PS percebe pela carta que foi dirigida e não estranha que ainda não existam acordos de cooperação com o Instituto da Segurança Social, I.P. (ISS) pois ainda se está na fase de construção.

Mas, visto que a candidatura ao Programa de Desenvolvimento Rural (PRODER) para adaptação, pode ter ou não ter seguido o que são as regras e as exigências nesse tipo de adaptação de espaços exigidos pelo ISS, questiona se estão devidamente acauteladas essas regras e as exigências.

É certo que, por vezes, as exigências são completamente descabidas, mas importa saber se a concretização do projeto em causa merecerá depois de finalizado a aprovação, porque se trata da aquisição de viaturas adaptadas.

Quanto à cozinha importa saber se a adaptação e a concretização do equipamento que terá o apoio de 25.000 € (vinte e cinco mil euros) da Autarquia cumprem todas as regras e exigências, porque não se pretende que haja posteriormente surpresas relativamente à possibilidade da existência de acordos.

O **Sr. Presidente** explica o que já teve a oportunidade de referir por diversas vezes: nesses processos a intervenção do Município não é só uma questão de disponibilidade, mas também é uma questão ética porque a Autarquia não pode fazer projetos e depois aprová-los. Para além disso, trata-se de uma candidatura a fundos comunitários e no Programa de Desenvolvimento Rural (PRODER) têm que apresentar essa despesa na Associação para o Desenvolvimento Rural da Península de Setúbal (ADREPES). Ora, o Município não tem de intervir nessa matéria. O Município limita-se a acompanhar o processo do ponto de vista da pertinência do equipamento para a comunidade.

Como é sabido é uma intervenção que está a ser realizada num edifício escolar que foi cedido à Associação dos Idosos e Reformados da Freguesia do Poceirão (AIRP). Todas as normas técnicas, quer concursais, quer de outra natureza, foram acompanhadas pelos técnicos da ADREPES e, portanto, a instituição percorreu todo esse caminho.

Quanto às questões pertinentes acerca da coincidência com as normas impostas pelo Instituto da Segurança Social, I.P. (ISS), também elas tiveram de ser logo, *a priori*, consideradas. Aliás, a própria aprovação do projeto na Administração Urbanística só pode ser feita depois do parecer do ISS.

Portanto, o projeto respondeu a todos os requisitos e a construção está praticamente terminada. Espera que dentro de quinze dias possam apresentar contas ao PRODER para ir buscar dinheiro. A Autarquia tem estado nesse processo, como em outros. Onde houve candidaturas o Município sempre fez um esforço de tentar acompanhar, mais ou menos dentro dos valores constantes da proposta. Foi assim com a Sociedade Instrução Musical de Quinta do Anjo, com o polidesportivo do Quintajense Futebol Clube e está a sê-lo no presente caso porque trata-se de uma zona do concelho muito carenciada desse tipo de respostas. Mas será assim com outras instituições no território que sejam também candidatas, quer a programas, quer a financiamentos dessa natureza. Garante que a Autarquia tentará sempre acompanhar e contribuir para a solução.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

DIVISÃO DE CULTURA, COMUNICAÇÃO E TURISMO

Pelo **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** são apresentadas as seguintes propostas:

PONTO 4 – Cedência temporária de domínio público – terrados festas locais.

PROPOSTA N.º DCCT 02_06-15.

«A Câmara Municipal tem no associativismo um parceiro privilegiado e um pilar insubstituível nos processos de construção, cooperação e de desenvolvimento dos territórios. No concelho de Palmela prevalece um movimento associativo riquíssimo e com profundas ligações às comunidades onde se insere.

A forte tradição de realização de festas de cariz popular sejam estas de ordem religiosa, profana ou associadas a atividades económicas, são exemplo disso.

As entidades promotoras destas iniciativas recorrem, muitas das vezes, à utilização de espaços privados, ou cuja propriedade é das Juntas de Freguesia do concelho, bem como ao uso do espaço público com grande impacto na comunidade local.

A utilização do espaço público na implementação das dinâmicas e atividades a desenvolver está essencialmente relacionada com a promoção de eventos de manifesta relevância pública e com a instalação de pavilhões de índole comercial, os quais representam, na generalidade dos casos, a principal fonte de receita financeira para as entidades organizadoras.

Desta forma, considerando:

- a) que o conjunto significativo de entidades de natureza pública e de natureza privada promovem no concelho iniciativas de índole desportivo, social e cultural de grande impacto nas comunidades locais e de manifesta relevância pública;

- b) que cabe à Câmara Municipal de Palmela apoiar, pelos meios adequados, atividades de interesse municipal;
- c) que as iniciativas necessitam, para a sua concretização, da utilização de espaço de domínio municipal;
- d) que a cedência de espaço de domínio municipal, público ou privado, se revela por isso meio idóneo indispensável à normal realização das atividades;
- e) que as entidades promotoras assumem uma posição central na organização e planeamento do espaço de realização das iniciativas;

Propõe-se à Câmara Municipal de Palmela, em conformidade com a alínea u) n.º 1, do art.º 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberar:

1. As cedências precárias e gratuitas de domínio municipal, identificadas no final da proposta, dos prazos definidos e conforme planta dos espaços em anexo, devendo igualmente os serviços municipais considerar que, durante o período de cedência, e por razões de circulação e segurança, será desaconselhável, salvo motivos ponderosos, proceder a licenciamentos precários de ocupação de via pública junto das vias de acessos à área cedida e noutros locais de proximidade que aconselhem a mesma prudência.
2. Todas as cedências são deliberadas no pressuposto do cumprimento pela entidade beneficiária dos normativos aplicáveis ao evento/iniciativa, e designadamente assegurando, dentro da área do objeto de cedência, a normal circulação de veículos de emergência e socorro, bem como a livre circulação de residentes e outros usufrutuários de edificações ou outros imóveis.

. Mercado Caramelo – de 8 a 10 maio 2015

Confraria da Sopa Caramela

NIF: 510 865 151

Zona de implantação (planta n.º 1)

Jardim José Maria dos Santos

Rua da antiga estação (parques de estacionamento)

Período de cedência: 1 a 15 maio

. Festas de S. Gonçalo – 15, 16 e 17 maio 2015

Associação de Festas de São Gonçalo

NIF: 506 829 324

Zona de implantação (planta n.º 2)

Parque de Merendas de S. Gonçalo

Passeios Estrada Nacional

Período de cedência: 8 a 22 maio

. Mostra de Vinhos de Marateca e Poceirão em Fernando Pó – 15, 16 e 17 maio 2015

Associação Cultural e Recreativa de Fernando Pó

NIF: 501 626 999

Zona de implantação (planta n.º 3)

Rua da Sociedade

Fernando Pó

Período de cedência: 8 a 22 maio

. Festas Populares de Pinhal Novo – de 5 a 10 junho 2015

Associação de Festas Populares de Pinhal Novo – Desenvolvimento e Cultura Local

NIF: 504 705 873

Zona de implantação (planta n.º 4)

Praça da Independência

Jardim José Maria dos Santos

Logradouro da Casa Santa Rosa

Rua da Praça da Independência (entre os pinheirinhos e a rotunda)

Rua de Olivença

Zona envolvente ao Mercado Municipal e Biblioteca Municipal

Período de cedência: 22 maio a 15 junho

. Feira Comercial e Agrícola de Poceirão – 10, 11 e 12 julho de 2015

Associação da Feira Comercial e Agrícola de Poceirão

NIF: 504 699 725

Zona de implantação (planta n.º 5)

Estrada Municipal 533

Rua Padre Vieira

Avenida de Palmela

Rua António Sérgio

Rua Alexandre Herculano

Período de cedência: 19 junho a 17 julho

. Festas das Vindimas – de 3 a 8 de setembro de 2015

Associação de Festas de Palmela

NIF: 506 999 165

Zona de implantação (planta n.º 6)

Largo São João Batista

Largo Eng.º Jacinto Augusto Pereira

Rua Quinta da Cerca

Avenida da Liberdade

Rua Dr. Juiz José Celestino Ataz Godinho de Matos

Avenida Rainha D. Leonor

Avenida Bombeiros Voluntários de Palmela

Rua General Amílcar Mota

Rua de Olivença

Rua Vasco da Gama

Rua Infante D. Henrique

Período de cedência: 14 agosto a 15 setembro

. Festas de Todos os Santos – 30 outubro a 1 novembro de 2015

Associação de Festas de Quinta do Anjo

NIF: 507 778 863

Zona de implantação (planta n.º 7)

Rua D. Jorge de Lencastre

Rua João de Deus

Período de cedência: 23 outubro a 6 novembro.»

Sobre a proposta de Cedência temporária de domínio público – terrados festas locais numerada DCCT 02_06-15 intervém:

O **Sr. Presidente** salienta que na prática o que se pretende é que sejam essas associações a poderem explorar, com as taxas que entenderem, a ocupação de espaço público como forma de arranjar financiamento para a realização dos eventos. Logicamente que têm de cumprir o conjunto de normas, dado que a ocupação do espaço público compete à Câmara licenciar, mas nesse caso passa a ser da responsabilidade das associações.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

PONTO 5 – Participação do Município de Palmela na marca Natural.PT.

PROPOSTA N.º DCCT 03_06-15.

«A marca Natural.PT, propriedade do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), traduz-se numa iniciativa que visa valorizar e promover, de forma integrada, produtos e serviços associados às áreas protegidas, relevando a sua singularidade e valor ambiental e, apostando na biodiversidade, na economia, no património e na identidade de Portugal, com base nos princípios de sustentabilidade e valorização da natureza e dos recursos endógenos.

Podem aderir à Natural.PT, todas as entidades, públicas e privadas, que estejam devidamente licenciadas, que desenvolvam a sua atividade relacionada com as tipologias identificadas no Regulamento de Adesão à Marca - tais como, atividades de animação turística, alojamento, restauração, espaços de venda de produtos, produtos agroalimentares, produtos artesanais não alimentares, produtos identitários imateriais, projetos de investigação, materiais com conteúdos didático-pedagógicos, projetos da administração local -, e que se comprometam com os valores da Natural.PT, cumprindo os requisitos de adesão estabelecidos.

Na estrutura de gestão e acompanhamento do processo de adesão à marca, encontram-se definidas as Plataformas Locais de Operacionalização e Gestão (PLOG) que, de acordo com o regulamento da estrutura de gestão da marca, integram entidades locais e regionais dos territórios de incidência de uma área protegida ou tendo em conta a respetiva proximidade

geográfica de várias áreas protegidas. São estruturas de apoio e consulta do ICNF na operacionalização da marca, competindo-lhes emitir parecer sobre os pedidos de adesão, assim como exercer as demais obrigações definidas no acordo de colaboração, anexo a esta proposta.

Foi este Município convidado a integrar as Plataformas Locais de Operacionalização e Gestão do Parque Natural da Arrábida/Paisagem Protegida da Arriba Fóssil da Costa da Caparica e, da Reserva Natural do Estuário do Sado.

Face ao exposto e, considerando-se pertinente e profícua a associação do Município de Palmela à marca Natural.PT, cooperando, deste modo, para uma estratégia conjunta de promoção e divulgação de entidades e produtos singulares e de exceção, associados ao território de Palmela, assegurando a divulgação do seu património natural, cultural e paisagístico, **propõe-se**, em conformidade com as alíneas r), t) e nn) do nº 1, do artigo 33º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a participação do Município nas PLOG supramencionadas assim, como a aprovação da minuta de acordo de colaboração entre o Município de Palmela e o ICNF, anexa a esta proposta.»

Sobre a proposta de Participação do Município de Palmela na marca Natural.PT numerada DCCT 03_06-15 intervém:

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** destaca que todas as entidades públicas e privadas devidamente licenciadas para um conjunto de atividades como, por exemplo, de animação turística, de alojamento, de restauração, entre outras, e que estejam abrangidas numa área de proteção poderão aderir a essa marca. O PS faz votos que a marca torne-se uma moda e que se traduza em sucessos pautáveis e concretizados no concelho de Palmela. Pelo exposto o PS votará favoravelmente.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Últimas notas informativas antes do encerramento da reunião:

. **Agradecimento pela cedência do espaço** – O **Sr. Presidente** agradece a cedência das instalações à Paróquia de Aires e a todos os paroquianos que ali trabalham, em particular, ao Sr. Padre José Maria.

Reconhece que foi feito um esforço para alterar algumas atividades para poder acolher o Executivo Municipal, mas enquanto Aires não possuir um espaço com condições que são ótimas e com essa centralidade, certamente que o Executivo Municipal voltará mais vezes, se continuar a haver a disposição de o acolher. Pelo exposto, agradece publicamente a boa vontade, a disponibilidade e também a companhia.

. Aprovação pela Câmara Municipal da Prestação de Contas 2014 – O Sr. Presidente informa que estava previsto, no dia 25, uma reunião extraordinária para a Prestação de Contas, mas considerando os calendários e a necessidade de preparação, porque é documentação 'pesada', e dada a impossibilidade de conciliar as agendas de toda a Vereação, a Prestação de Contas far-se-á junto à reunião ordinária programada para o dia 1 de abril, às 15 horas.

A reunião vai ser longa, por isso é que começa mais cedo, pois a Prestação de Contas é sempre um ponto que demora muito tempo a discutir, mas procurar-se-á dosear o número de outras propostas de forma que a reunião não tenha que ser dividida em duas etapas.

. Projetos para a freguesia de Palmela – O Sr. Presidente referencia que a apresentação de projetos decorrerá no auditório da Biblioteca Municipal de Palmela, pelas 21 horas.

Respeitante a Aires será divulgada a questão da ciclovia, da ampliação da Escola de Aires e os melhoramentos do jardim e do espaço de jogo e recreio. A presença de todos é sempre motivadora.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO

Cerca das zero horas e quarenta minutos do dia dezanove de março de dois mil e quinze, o **Sr. Presidente** declara encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que eu, *Paulo Eduardo Matias Gomes Pacheco*, Diretor do Departamento de Administração e Desenvolvimento Organizacional, redigi e também assino.

O Presidente

Álvaro Manuel Balseiro Amaro

O Diretor do Departamento

Paulo Eduardo Matias Gomes Pacheco